
Revista enfRentamento

Ano 04, nº 06, Jan./Jun. de 2009

ISSN 1983-1684



Revista Enfrentamento

ÍNDICE

EXPEDIENTE

PÁG

03	Uma Nota Contra a Mesmice Acadêmica e Política	Revista Enfrentamento
5	A Concepção de Revolução em Pannekoek	Mônica Moreira
14	Ditadura do Proletariado ou Abolição do Estado? O Conflito Conceitual entre Anarquistas e Marxistas	Rafael Saddi
25	Modernidade e Pós-Modernidade	Nildo Viana
36	Comunistas Conselhistas e Anarquismo: A Crítica ao Anarco-Sindicalismo no Contexto da Guerra Civil Espanhola	Lucas Maia
41	Erich Muhsam e a República dos Conselhos Operários	Roland Lewin

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. A revista não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados, que são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os interessados em enviar colaborações devem fazê-lo via e-mail e seguindo as normas de publicação da revista. O e-mail para envio é: enfrentamento@yahoo.com.br. As normas são: texto digitados em Word for Windows, com no máximo 10 páginas, espaço 1,5, margens padrão do Word, fonte Time New Roman, 12. A revista se preserva o direito de publicar os artigos de acordo com seus critérios políticos e de qualidade. Qualquer caso omissos será resolvido por seu conselho editorial.

Conselho Editorial:
Lucas Maia dos Santos
Nildo Viana
Veralúcia Pinheiro

Revista Enfrentamento, ano 04 nº 06
Jan/Jun. De 2009.
<http://enfrentamento.sementeira.net/>
<http://movaut.ning.com/page/revista-enfrentamento>
enfrentamento@yahoo.com.br

UMA NOTA CONTRA A MESMICE ACADÊMICA E POLÍTICA

Revista Enfrentamento

Um apontamento sobre o conceito de alienação: embora seja por demais citado, embora seja um conceito amplamente utilizado, às vezes aparecem alguns problemas de interpretação. Nossa retomada aqui, deste conceito, deve-se à necessidade de clarear nosso ponto de vista. A alienação, no processo produtivo, é a perda por parte do trabalhador, tanto do produto de seu trabalho, quanto do controle sobre o processo de produção. Numa atividade alienada, quanto mais trabalho realiza o trabalhador, menos humano ele se torna, visto que este trabalho é um processo de espoliação cotidiana. A metáfora de Franz Kafka, no conto *A Metamorfose*, ilustra bem este processo. O protagonista da história, Gregor Sansa, metamorfoseia-se num inseto, tamanha era sua alienação perante a vida.

Se os trabalhadores não controlam sua vida, visto que sua atividade laborativa está sob o controle de outrem, também os capitalistas são alienados, na medida em que eles próprios não controlam as forças que criaram. Vide a concorrência, por exemplo, todo e qualquer capitalista está subordinado a esta relação, a qual ele também não controla. Só que, neste reino de alienação generalizada, a classe dominante é privilegiada, por isto ela não tem o interesse em superar sua vida alienada.

A alienação, como atividade de alheamento do ser humano, inicia-se no processo produtivo e expande-se para o conjunto da sociedade. Verificamos isto em várias instituições: partidos, sindicatos, estado, universidades etc. Todas elas produzem as ideologias que as justificam. Em todas estas instituições, a alienação como uma “atividade”-passiva diante do mundo e das coisas reina soberana. *A alienação tem como consequência a produção de uma consciência fetichista*

sobre a realidade. Quanto mais alienados são os indivíduos, grupos e classes sociais, mais fetichistas são suas formas de consciência. A fetichização implica na cristalização do mundo existente. Implica na aceitação passiva do que está dado. Implica na passividade diante das instituições.

Assim, *este Enfrentamento é um manifesto contra a alienação e contra o fetichismo.* Os autores buscam demonstrar a possibilidade e a necessidade da superação do fetichismo e da alienação. Não fazem coro com as modas acadêmicas, não reproduzem as velhas repetições da “esquerda” do capital, realizam, enfim, uma crítica à mesmice cultural que reina nos círculos políticos e intelectuais. Esperamos, sinceramente, que estes ensaios demonstrem ao leitor uma crítica à cultura dominante partindo da perspectiva do proletariado.

O primeiro ensaio, de Mônica Moreira, aborda a concepção de revolução em Anton Pannekoek. Faz uma instigante discussão da maneira como Pannekoek aborda o processo de transformação social realizada pelos conselhos operários. O segundo texto, de Rafael Saddi, aborda os conflitos conceituais entre anarquistas e marxistas e aponta como as teses do comunismo de conselhos e do anarquismo revolucionário, não-dogmático confluem para um mesmo objetivo, a autogestão social, em que pese a terminologia de ambos se diferencie um pouco. O texto de Nildo Viana apresenta uma discussão que é de importância capital para a luta cultural na contemporaneidade. Trata-se do debate acerca dos conceitos de modernidade e pós-modernidade. Defende que a pós-modernidade é uma construção ideológica e que portanto nem existe efetivamente. A modernidade corresponde à sociedade capitalista e que não será superada inventando novas palavras, tal como a pós-

modernidade, mas sim com a destruição do modo de produção capitalista. O ensaio de Lucas Maia apresenta uma discussão acerca das polêmicas entre os comunistas conselhistas e os anarco-sindicalistas no contexto da Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939. Após definir de modo bastante rápido o que caracteriza o anarquismo, demonstrando sua história e tendências,

apresenta o anarco-sindicalismo, demonstrando como comunistas conselhistas historicamente o consideraram. Por fim, o texto de Roland Lewin faz uma breve biografia intelectual e política de Erich Muhsam, escritor, jornalista e militante que combateu firmemente na Revolução Alemã de 1918 a 1921.

A Concepção de revolução em Pannekoek

Mônica Moreira

monicamb2008@hotmail.com

O objetivo deste texto é fazer uma discussão a respeito da concepção de revolução em Pannekoek, que foi um dos principais representantes do comunismo conselhistas. Este artigo está dividido nas seguintes partes, no primeiro momento faremos uma breve discussão do método dialético. No segundo momento, iremos definir o que foi o comunismo de conselhos, visto que sua compressão é fundamental para entendermos a posição teórica de Pannekoek. Assim, buscaremos na Revolução Russa de 1917, como forma de tornar mais claro o que estamos discutindo, alguns exemplos do que Pannekoek chama de conselhos operários. Posteriormente, a partir de sua concepção, iremos também apresentar os conceitos de capitalismo, Estado e revolução. Por fim, buscaremos em sua obra “A Revolução dos Trabalhadores” a compreensão do que o autor pensa a respeito do conceito de revolução.

O método que iremos utilizar neste texto será o materialismo histórico-dialético. Tomaremos como ponto de partida a definição apresentada por Nildo Viana em sua obra *A Consciência da História: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. O autor afirma que este método “é, ao mesmo tempo um recurso heurístico e uma teoria” (1997, p. 76). Para ele este método é pautado na busca da análise do “mundo concreto”, sendo assim, “para o materialismo histórico o ‘concreto’ é o resultado de suas múltiplas determinações e a ‘determinação fundamental’ do concreto que é a sociedade é o modo de produção” (Idem, p. 84). Este método baseia-se em uma expressão teórica que visa a compreensão da sociedade de forma a considerar a sua totalidade que possuem *múltiplas determinações*, mas a

determinação fundamental a ser considerada é o modo de produção.

Portanto, este método se baseia na compreensão dos fatos e da sociedade levando-se em conta o modo de produção em que os indivíduos se utilizam para sobreviver. Pois “o modo produção exerce determinação fundamental sobre a totalidade que é a sociedade” (Idem. p. 85). O método dialético parte do ponto de vista do proletariado já que ele busca de forma concreta analisar a sociedade através do modo de produção que impera na mesma visando a libertação do proletariado.

Após a definição do método, iremos definir o que foi o movimento conselhistas, já que nosso autor em questão foi um dos seus principais representantes. A teoria que seus representantes defendem é que o comunismo só pode ser realizado pela ação direta das massas trabalhadoras. Este movimento político-social surgiu no século XX, na Alemanha e na Holanda, em oposição ao revisionismo da social-democracia e ao bolchevismo de Lênin. Seus principais representantes foram Anton Pannekoek, Herman Gorter, Otto Rühle, Karl Kosch, Paul Mattick e outros. Este movimento revolucionário tinha por princípio básico a teoria marxista de que “é o modo de produção da vida material que fornece a determinação fundamental do conjunto das demais relações sociais” (VIANA, 2001, p. 46).

Este movimento teve como fonte de inspiração e organização as experiências vivenciadas a partir das revoluções que ocorreram na Rússia em 1905 e 1917, na Alemanha de 1918 a 1921, na Itália em 1919, e em várias experiências menos importantes na Holanda, Inglaterra, França etc. Também na Guerra Civil Espanhola etc. Estes fatos históricos demonstraram a

capacidade dos próprios trabalhadores de destruírem o poder que os oprimia, em favor da criação de novas formas de organização conhecidas como sovietes ou conselhos operários, que se pautava na autogestão. Os sovietes foram organizações revolucionárias que surgiram na primeira revolução russa de 1905 em São Petersburgo em oposição ao Estado. Os sovietes de 1905 foram derrotados e em 1917 reaparecem novamente de forma mais específica e com mais força, através de organizações grevistas que “começaram por reivindicações estritamente econômicas e rapidamente atingiram o caráter de greves de massa ou greves gerais com objetivos políticos” (TRAGTENBERG, 2007, p.98). Com isso derrubaram o governo czarista e em 27 de fevereiro de 1917 se instalam no palácio Taurida, em Petrogrado. Este acontecimento que surgiu espontaneamente provou a capacidade de auto-organização das massas operárias. Com o surgimento de formas específicas de conselhos fundados na autogestão revolucionária onde os trabalhadores após realizarem as greves de ocupação das fábricas as colocam para funcionar e elegem os chamados delegados que são os seus representantes para efetuar trocas diretas entre si e entre o campesinato. Nesta sociedade, os operários exercem o seu trabalho de forma livre uma vez que estes se autogovernam.

Com a tomada do poder pelo partido bolchevique, “o sentido dos sovietes muda”; Lênin com sua política de centralização e ditadura do partido sobre o proletariado castra o movimento revolucionário, não deixando que este continuasse com características autogestionárias, defendendo a idéia de que cabia a um partido comandar a revolução e não aos próprios trabalhadores.

Para se compreender a concepção de revolução em Pannekoek, é necessária a realização de uma definição teórica dos conceitos de capitalismo, Estado e revolução, visto que um é decorrente do outro e todos os três termos estão

interligados já que são frutos de um determinado contexto histórico específico que é a sociedade moderna.

O capitalismo é um sistema criado pelos homens, mas, no entanto, ele é desumano, uma vez que sua base está regida na exploração de uma classe sobre a outra. Na sociedade capitalista predomina a propriedade privada, a qual é formalmente assegurada através da sua regulamentação por leis estabelecidas e criadas pelo Estado através dos burocratas. O estado se apresenta então como órgão mediador da contradição das duas classes fundamentais deste sistema que Max classificou como a classe burguesa (detentora dos meios de produção: fábricas, máquinas e matérias-primas) e a classe proletária (que vende sua força de trabalho).

Marx nos apresenta duas características que distinguem o modo de produção capitalista dos demais sistemas de produção que existiram anteriormente. A primeira envolve a mercadoria já que esse regime se caracteriza pela produção destas. Ele afirma que não é a produção de mercadorias que o diferencia dos demais modos de produção, mas sim as circunstâncias em que elas são produzidas, já que neste sistema os próprios trabalhadores são transformados em mercadoria ao venderem sua força de trabalho sendo assim “o trabalho aparece como trabalho assalariado como caráter geral” (MARX, 1987, p.77).

A segunda característica deste regime está pautada na produção de mais-valia. Segundo Marx, é a produção de mais-valia que se realiza através do trabalho assalariado que permite ao sistema capitalista a obtenção de lucro e conseqüentemente a sua razão de ser uma vez que com o lucro “aparece os meios adicionais de produção destinados à ampliação da produção, e que formam parte do lucro, como capital adicional, e a ampliação do processo de reprodução como um processo de acumulação capitalista” (MARX, 1987, p. 79).

A mercadoria foi um assunto que Marx analisou no primeiro volume de *O capital* onde esta é apresentada como uma forma de satisfazer as necessidades humanas sejam elas reais ou construídas. Na concepção de Marx, a mercadoria possui duas propriedades fundamentais que são os valores de uso e os valores de troca. O que determina o seu valor-de-uso é a sua utilidade ou o seu consumo. Já o valor-de-troca é que possibilita que qualquer mercadoria possa ser trocada por outra. Neste sentido, ele afirma “como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidades diferentes; como valores de troca, só podem diferir na qualidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 2003, p.59).

O que determina o valor de troca das mercadorias é o tempo de trabalho social médio gasto para produzi-las; apesar de sua produção ser desenvolvida a partir do trabalho humano utilizando-se de meios de produção que consistem em matéria prima, maquinário e outros. Estes não acrescentam valor à mercadoria, mas é o trabalho humano que agrega valor a elas.

No modo de produção capitalista, quem produz as mercadorias é o operariado, que a mercê das circunstâncias estabelecidas por esse sistema só tem uma coisa para vender, a sua força de trabalho. Este se torna também uma mercadoria, uma vez que a vende e desta forma não tem mais controle sobre ela nem sobre o que é produzido; daí este sistema ser regido sob o antagonismo de classe, sobre a luta de classes.

Sendo assim, o trabalhador é submetido a uma forma sistematizada e organizada de produção onde deve trabalhar de forma a produzir uma quantidade a mais do que o valor que lhe é pago pelo capitalista.

A mais-valia, por sua vez, consiste na exploração, expropriação daquilo que é produzido pelo operário por parte dos capitalistas. Estes compram a mercadoria força de trabalho (que

corresponde à determinada quantidade de horas de trabalho) em troca de um salário que possibilita ao operariado a realização de suas necessidades básicas de sobrevivência.

Na produção capitalista, o trabalho perde o seu caráter natural, passando a ser determinado pela divisão social do trabalho e pela luta constante entre operariado e capitalista. O trabalho se torna possuidor de características alienadas uma vez que quem produz não tem mais poder nem consciência sobre o que é produzido, já que para esta produção lhe foi pago uma quantia em dinheiro que não corresponde ao valor daquilo que foi produzido.

Outro ponto importante do modo de produção capitalista é que ele não absorve toda a força de trabalho disponível, esta é uma forma de controlar os salários dos que estão vendendo sua mercadoria força de trabalho o que acaba por proporcionar então a realização da mais valia de forma mais acentuada. Nos períodos de crise do capitalismo, o principal problema que aterroriza os operários é o desemprego; é neste período que se intensificam as contradições de classe e fica mais evidente a luta de classes. É aí que a revolução aparece como meio dos trabalhadores se libertarem deste sistema, assunto esse que trataremos mais adiante.

Como o principal objetivo do capitalista é a obtenção de lucros, a produção de mercadorias só tem sentido se parte da mais-valia que é extorquida do operário for dividida entre os gastos pessoais do capitalista e a ampliação da produção. Esta é a condição básica da lei capitalista; se uma empresa não consegue se expandir no mercado seu fim é a falência.

A produção de mercadorias não é realizada aleatoriamente. Para que ocorra o lucro é necessário que a mercadoria produzida tenha mercado consumidor; aí está a relação entre valor de uso e valor de troca contido nelas. Devido a esta relação que se estabelece entre capitalistas e o proletariado (exploradores e explorados), cria-se um antagonismo de classe, que gera

a luta de classes, onde o proletariado sente a necessidade de se libertar deste sistema que tanto o oprime. E busca fazer isso lutando constantemente contra a razão de sua opressão, os capitalistas.

Um meio, portanto, que a burguesia encontra para dominar o proletariado e manter intactas as relações de produção capitalistas, é recorrendo ao Estado. Sendo assim “o estado é a principal forma de regularização das relações sociais nas sociedades de classes” (Viana, 2003, p.13). Ele está intimamente ligado ao modo de produção do período a que está inserido. O Estado capitalista é um instrumento da classe dominante, a classe capitalista, onde ele representa os seus interesses. Viana nos apresenta uma pergunta e uma resposta que facilita a sua compreensão.

[...] o que é estado capitalista: é uma relação de dominação de classe (no qual a burguesia domina as demais classes sociais), mediada pela burocracia para manter e reproduzir as relações de produção capitalista. A materialidade do estado é a burocracia (classe social), que é composto pelos indivíduos que são os seus agentes reais. Portanto, a manifestação da autonomia da organização (seu funcionamento) e da classe social (os agentes envolvidos nesses funcionamentos e com interesses sociais próprios) significa a “autonomia relativa de estado”. (VIANA, 2003, p. 31)

O estado na sociedade capitalista é apresentado à sociedade como representante dos interesses gerais da sociedade. Mas na realidade isso não passa de uma ideologia, visto que o estado tem por objetivo manter e reproduzir a dominação de classe. É engano pensar que através do voto ou de um representante partidário a classe proletária está exercendo influência sobre o estado, pois quem determina quem serão os candidatos que irão concorrer às eleições são os partidos nos quais os capitalistas estão inseridos na maioria dos casos.

Para auxiliar a burguesia na manutenção do sistema capitalista, do ponto de vista de (VIANA, 2003) surgem as chamadas classes auxiliares, que tem o poder de controlar toda sociedade através do estado.

A luta de classes travada pelo proletariado contra a burguesia não ocorre no “interior” do Estado, a única luta que se trava dentro dele é a do “bloco dominante”. “A luta de classe ocorre na sociedade (nas fábricas, bairros, escolas etc.)” (VIANA, 2003, p.32). Neste trecho, Viana apresenta o verdadeiro caráter do Estado que se diz representante de todos, mas que na verdade domina e controla toda a sociedade nas mãos de um pequeno grupo (dominante) que não permite a participação direta da classe proletária no comando do Estado. A classe proletária “no estado não tem poder de decisão e sim de reivindicação” (VIANA, 2003, p.33). Sendo assim, a classe explorada só conseguiu benefícios concedidos pelo Estado até hoje através de reivindicações realizadas através de lutas. Contudo, algumas reivindicações das classes trabalhadoras foram aceitas pelo Estado, pelo fato de que isso não afeta diretamente a classe capitalista e ainda lhe garante a legitimação do poder.

O Estado é responsável pela legitimação e regularização das relações de classe através das leis que ele cria para reger a sociedade, e para que elas sejam cumpridas, criam-se mecanismos de repressão para conter as lutas de classes, como a polícia e o sistema penitenciário.

Pannekoek, ao analisar as lutas operárias, percebeu a possibilidade do surgimento de uma nova sociedade, organizada pelos próprios trabalhadores, pois, esta classe nos períodos de lutas revolucionárias demonstrara ser possível a organização de uma nova sociedade, que tem por objetivo comum o bem coletivo. Na sociedade organizada pelos trabalhadores é necessária a extinção do Estado, pois ele não representa o interesse geral da sociedade, mas sim o da classe dominante, e por isso

contribui para que as pessoas continuem na condição de explorador e exploradas. Nesse sentido, toda atividade revolucionária que visa efetivar idéias socialistas tem que ocorrer fora dos órgãos do estado.

Para Marx, a revolução é um meio histórico que o proletariado vai encontrar para se libertar de toda a opressão sofrida por eles no sistema capitalista. Esta é gerada devido a este sistema econômico ser pautado na contradição e no antagonismo de classes distintas e com interesses distintos.

Este sistema é pautado na luta de classes. Para Marx, a classe revolucionária deste sistema é o proletariado e cabe a ele desenvolver uma luta para se libertar, mas isto não deve ser realizado de forma aleatória. Ele deixa isso explícito nesta afirmação:

Uma sociedade jamais desaparecerá antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade (MARX, 1987, p. 83).

Mesmo vivendo num sistema que não permite ao operariado ter uma verdadeira consciência de sua situação enquanto classe, a revolução social virá, pois chegará um momento em que as contradições serão tão grandes, principalmente pela intensificação da exploração desta classe, que a solução virá através da luta que provocará uma transformação no modo de produção.

O proletariado que historicamente vem travando lutas para obter melhores condições de exercer o seu trabalho, terá como única saída travar uma luta final contra a burguesia e todo o seu aparato estatal e jurídico para se tornarem os donos de si mesmos colocando um fim no modo de produção capitalista. Com isso, “ao adquirirem novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, com este, também, todas as relações

econômicas, que nada mais eram que as relações necessárias àquele modo concreto de produção” (MARX, 1987, p. 86).

Para Marx, a revolução deve ocorrer através do conflito de classes, e depois de instaurada a revolução cabe ao proletariado a instalação do comunismo, onde toda a sociedade irá desenvolver seu trabalho de forma voluntária e natural, ao contrário da sociedade capitalista, que tem como modo de produção uma organização pautada na divisão entre trabalho manual e intelectual, e conseqüentemente os indivíduos vão se especializando em determinada atividade passando a dominar apenas certa parte do processo de produção das mercadorias, o que o leva a se tornar um especialista em determinada função. Segundo Marx, na sociedade comunista não haverá esta divisão, pois,

Enquanto que na sociedade comunista, onde o indivíduo não tem uma esfera de atividade exclusiva, podendo se aperfeiçoar no ramo de sua preferência, a sociedade regulamenta a produção geral, possibilitando assim ao indivíduo que faça algo de diferente a cada dia, caçando pela manhã, pescando à tarde, criando gado à noite, e fazendo crítica após as refeições, segundo a sua própria vontade sem nunca se tornar caçador, pescador ou crítico (MARX, 1987, p. 57-8).

Nesta nova organização social que Marx teoriza através da revolução comunista, não haverá mais espaço para organizações de caráter burguês como o Estado e suas leis, a divisão social do trabalho e a propriedade privada, pois após o proletariado conquistar a sua liberdade através de uma nova organização no modo de produção que tem por objetivo a satisfação e liberdade de todos os indivíduos que se libertarão de toda a exploração do sistema anterior a que eram submetidos. Não há mais a necessidade do Estado e portando será exterminado.

Tratar da revolução em Pannekoek é uma tarefa extremamente

complexa, visto que sua teoria defende a implantação de um “*mundo novo*” implantado pelos trabalhadores através da revolução. Sua teoria é contrária à ordem e ao modelo a que estamos vivenciando na sociedade atual que tem como modelo econômico o capitalismo. Sua teoria coloca em xeque a sociedade capitalista, visto que para o autor a revolução é um meio que deve ser atingido pelos próprios trabalhadores onde estes têm que “*subverter totalmente o caráter da produção*”. Ou seja, após a revolução cabe aos trabalhadores comandarem a organização dos meios de produção e da sociedade como um todo. Não haverá mais a relação de classes distintas diante dos meios de produção, uma vez que a sociedade será regida pelos próprios trabalhadores. Portanto, a sociedade que ele defende é uma sociedade sem classes sociais.

Pannekoek compartilha com Marx a idéia de que na sociedade capitalista o trabalho perde o seu verdadeiro caráter natural afirmando que este “transforma-se numa calamidade e numa degradação” (PANNEKOEK, 2007, p. 25), pois, ao ser submetido à vontade de seu empregador o trabalhador não exerce o trabalho de forma livre, e sim de forma alienada. Sendo assim:

(...) para não morrer de fome, os trabalhadores são obrigados a pôr as suas forças à disposição de uma direção que lhe é estranha, para lucros que lhe são estranhos, num fabricar desinteressante de coisas desinteressantes ou de má qualidade. Forçados a dar o máximo que o corpo esgotado pode dar, os trabalhadores gastam-se antes do tempo (PANNEKOEK, 2007, p.25).

Nesta citação, fica clara a idéia que Pannekoek tem com relação ao sistema capitalista. Ele o considera como um sistema que se apropria das forças do proletariado que ao vender sua força de trabalho em troca de um salário perde a sua razão natural de ser uma vez que estão produzindo mercadorias para os seus

patrões; com isso os operários vão se desgastando fisicamente já que neste modo de produção o trabalho é exercido de forma disciplinada e controlada pelo patrão, que na verdade simplesmente por ser dono dos meios de produção, se apropria do que é produzido pelos operários.

A solução que Pannekoek apresenta para acabar com esta exploração de uma classe sobre a outra é através da revolução operária. Para ele é somente através desta que os trabalhadores podem conquistar a sua liberdade e esta só pode ser atingida quando o sistema capitalista ruir através de uma luta comandada pelos próprios trabalhadores. Quando os trabalhadores atingirem este fim, acabará a exploração “já que não haverá mais-valor para o capital, nem apropriação de uma parte do produto social por parasitas capitalistas” (PANNEKOEK, 2007, p. 30).

Como ele defende a criação de um mundo novo, a relação de produção neste novo estágio da sociedade que ele concebe será totalmente diversificada da sociedade capitalista. Ele nos apresenta algumas características deste novo sistema como o:

[...] o fim do lucro capitalista, o fim do subemprego dos homens e das máquinas, a regulação consciente e adequada da produção e o aumento desta produção graças a uma organização eficiente darão a cada trabalhador uma maior quantidade de bens em troca de um trabalho menor (PANNEKOEK, Idem, p.31).

A sua idéia de revolução foi desenvolvida com base nas experiências revolucionárias de três períodos históricos da luta operária tratando-se de: a comuna de Paris, a revolução Russa de 1917 e alemã de 1918. Mas ele se dedicou a analisar e criticar especificamente a revolução russa; nesta os trabalhadores provaram ser possível a organização de novas bases nas relações de produção em oposição ao sistema capitalista, onde não imperava mais a exploração e nem a propriedade privada

uma vez que se organizaram nos chamados conselhos operários. Estes tiveram curta duração no controle dos meios de produção, pois com a tomada do poder de Estado pelo partido bolchevique, sobre o comando de Lênin, que defendia que a revolução deveria ser conduzida por um poder centralizado, já que os trabalhadores não tinham conhecimento nem capacidade suficiente para se autogovernarem e por isso não poderiam se autogerir.

Pannekoek vê no fato dos bolcheviques tomarem o poder, os quais partem do pressuposto e da idéia do partido de vanguarda que representava os trabalhadores, um freio para a realização da revolução dos trabalhadores, pois, estes organizaram a produção através de relações estatais e comandavam os meios de produção que se tornaram propriedade do estado e eram comandados pelos burocratas. Tragtenberg no trecho abaixo nos apresenta a sua visão com relação ao que Lênin chamou de ditadura do partido, para ele:

Essa concepção é a maior inimiga da revolução social, na medida em que a participação construtiva e direta das massas é bloqueada, controlada, supervisionada. Está vinculada á ideologia da ignorância das massas e de sua incapacidade congênita em formular um projeto político-social (TRAGTENBERG, 1988, p.103).

Somando-se ao fato de não acreditar na capacidade do proletariado de se autogerir, Lênin ainda adota o sistema *taylorista* com técnicas tipicamente capitalistas como modelo de produção das empresas que eram administradas por representantes nomeados pelo partido comunista. Argumentando “que o poder estava com o partido e isso garantia a supremacia da classe operária no país. Assim a técnica *taylorista* poderia ser colocada a serviço do proletariado” (TRAGTENBERG, 1986, p. 34).

Pannekoek percebe que a solução para a consolidação de uma revolução não pode envolver partidos políticos mesmo que

estes se posicionem do lado dos trabalhadores, pois a experiência russa é o maior exemplo de que os partidos representam o interesse da burguesia. Pannekoek teceu uma crítica ao governo de Lênin na Rússia, o qual considerava ter realizado uma revolução socialista. Para Pannekoek, Lênin e o partido Bolchevique no poder implantaram na verdade um capitalismo de estado. Sua principal argumentação é que a relação que se estabeleceu entre o Estado e os meios de produção não coincide com os ideais socialistas. A revolução russa, através da hegemonia do partido, portanto, não se consolidou de forma alguma como uma revolução socialista.

Na ditadura imposta por Lênin na Rússia, a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual continua imperando. Ele se esqueceu que um dos fundamentos principais da revolução socialista, é de que todos devem ter o controle sobre os meios de produção e sobre a própria vida como um todo, esta é uma forma de acabar com a exploração de uma classe sobre a outra.

No seu governo, não houve a eliminação desta característica do modo de produção capitalista, muito pelo contrário, o partido bolchevique, através de uma série de medidas políticas e econômicas, retira todo o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção e os transfere para as mãos da burocracia. Assim, continua recebendo sua parte de riqueza extraída dos trabalhadores que continuam sendo explorados.

Para Pannekoek, durante e após o operariado conseguir derrubar os representantes da burguesia do poder, o Estado e os partidos devem ser totalmente abolidos nesta nova sociedade. No trecho abaixo, o autor nos apresenta a verdadeira intenção destes:

O partido operário só tem um objetivo: tomar o poder e exercê-lo. Não contribuem para a emancipação do proletariado, pois sua meta é governá-lo. Mas apresentam seu domínio como se fosse a autêntica emancipação do

proletariado. Tais partidos são aparelhos que lutam pelo poder e, após enquadrar os militantes na linha justa, utilizam todos os meios, visando a constante expansão de sua esfera de influência (Pannekoek, 2008, p. 2).

A revolução deve ocorrer de forma organizada, através de greves de ocupação onde os trabalhadores se instalam nas fábricas e as colocam para funcionar, produzindo o necessário para a sua sobrevivência. Mesmo que as pessoas não produzam todos os produtos necessários para atender as suas necessidades. Por não dispor de vontade para exercer determinada função, visto que nessa sociedade o trabalhador escolherá no que quer trabalhar. Mas isto não será problema, pois uma vez que os trabalhadores tomarem conta das fábricas estes devem eleger um delegado que será o intermediário e o representante que efetivará a troca com as demais fábricas como ocorreu na Rússia em 1917. Ao alcançar este estágio, como já foi dito, não haverá mais sentido a existência do Estado e nem de suas leis.

A revolução dos trabalhadores será uma tarefa árdua, já que a classe capitalista jamais vai aceitar a sua implantação sem lutar. Para conseguir estabelecer esta nova ordem, os trabalhadores devem ter em mente que é somente através da transformação da forma de trabalho que há a possibilidade de se alcançar esta mudança na estrutura social. Para isto tem que haver na luta algo mais do que uma simples busca de melhores condições de trabalho. Devem se ver como os donos e os dirigentes dos meios de produção sem a existência da figura do patrão e do Estado para os controlar e oprimir.

Pannekoek deixa claro que a luta do proletariado deve ocorrer fora das esferas administrativas do Estado. O sindicato que de início tinha o papel de representar o interesse de classe do proletariado, passou a fazer parte do aparelho do Estado e perdeu o seu verdadeiro caráter que era em seu início

representar o interesse desta classe. Sendo assim, a única via de se conquistar a emancipação do proletariado é que eles desenvolvam as suas ações e lutas dentro das fábricas.

Para o autor, a partir do momento em que os trabalhadores se organizarem no interior das fábricas, estas devem ser regidas de forma a atender a participação de todas as pessoas que tiverem relação com a produção. Cada fábrica terá os seus conselhos operários que contará com delegados para representá-los nas assembléias¹.

Após a instauração deste novo sistema em que os trabalhadores transformam a sociedade, estes devem buscar novas formas de organizar a produção de modo a facilitar a forma de trabalho e o melhoramento da produção. Nesta nova sociedade todos terão informações do andamento e do desenvolvimento da produção através de dados estatísticos e contabilizados que permitirão a todos ter pleno conhecimento das relações de produção.

A implantação deste novo sistema de produção coletivo é muito mais que uma simples tomada de poder pelos trabalhadores, pois para conseguirem que este realmente seja implantado, é necessário que os trabalhadores desenvolvam o seu espírito de forma elevada com o mais alto grau de qualidades morais e intelectuais, ou seja, nesta sociedade, todos devem ser

¹ Segundo Pannekoek, a organização das assembléias tem o objetivo de auxiliar na organização da produção social, que é voltada para o interesse da coletividade. Sendo assim, a organização das assembléias são voltadas para a transmissão das opiniões e vontades dos grupos de trabalho. Nas fábricas e oficinas pequenas, onde o número de operários é pequeno, é possível a discussão e tomada de decisões em uma única assembléia. Nas maiores, tal método é inviável, pois empobreceria as discussões. Daí surge a necessidade dos conselhos operários no interior de uma fábrica. Estes são os delegados de várias seções e oficinas da fábrica. Num âmbito de uma cidade, também é possível fazer a mesma coisa, elegendo-se delegados de várias fábricas, bairros etc.

altamente solidários com os demais, superando todas as formas egoístas, individualistas e mesquinhas da sociedade capitalista, que educa os indivíduos para serem eternos concorrentes em todas as áreas de suas vidas. Já que o sistema capitalista impõe aos indivíduos, que eles devem ser os melhores em tudo que fazem, passando então a ver ou a considerar nos seus próximos um concorrente em potencial que deve ser superado. A educação nesta nova sociedade terá por objetivo possibilitar a toda a sociedade em geral uma educação igualitária e solidária e com isso os indivíduos vão criando em seu espírito as bases para a organização dessa sociedade que é pautada no bem e na vontade coletiva.

Pannekoek afirma que as condições espirituais necessárias à implantação da revolução dos trabalhadores, que os transformará em “senhores do mundo”, não será obra das instituições escolares e nem dos meios de comunicação, pois estes na sociedade capitalista têm a função de impregnar nas pessoas uma série de idéias falsas com relação à realidade que visa a permanência deste sistema apresentando-o como um sistema justo e durável.

Segundo Pannekoek, as lutas dos trabalhadores de início surgiram devido a uma necessidade imposta pelo próprio sistema capitalista que em seus períodos de crise tende a intensificar a exploração dos trabalhadores e estes têm como única forma de se libertarem deste sistema uma revolta que gera a luta de forma espontânea. Esta luta é desenvolvida de forma coletiva. A partir deste momento, os trabalhadores ficam cientes de suas forças no momento em que se unem em torno de uma vontade comum que é conquistar a sua liberdade. Sendo assim, este é o ponto de partida para o seu desenvolvimento espiritual.

E na medida em que os trabalhadores estiverem lutando verão que somente através de uma sólida união e de um amplo conhecimento que deve ser adquirido através das experiências passadas

e dos problemas que serão impostos pelas próprias necessidades, que surgirão e imporão aos trabalhadores a necessidade de ampliação de seus conhecimentos, ou melhor, de colocarem seus cérebros para funcionar. E com isso seus espíritos irão se transformando e se desenvolvendo até chegar a um estágio de completa liberdade de pensamento. Como coloca Pannekoek “a auto-emancipação das massas trabalhadoras subentende a autonomia de pensamento, a aprendizagem por si mesmo” (Pannekoek, 2007, p. 166).

No momento em que se inicia uma revolução nem todos os grupos terão as mesmas idéias. A solução que o autor apresenta para a discussão destas idéias é o agrupamento das pessoas em torno de grupos revolucionários, que terão por função a troca de opiniões e discussões, a respeito dos problemas que vão surgindo nos locais de trabalho, o meio apontado por Pannekoek para a organização destes grupos é através das assembleias e dos conselhos, estes terão por finalidade tomar as decisões que devem ser implantadas de forma que atendam a um único objetivo, o bem coletivo de todos.

Para atingir a verdadeira liberdade, os trabalhadores que são os verdadeiros comandantes das fábricas uma vez que são somente por suas ações que estas podem funcionar, devem apoderar-se destas através das greves, para se libertarem e se livrarem da exploração a que são submetidos. Estes têm que lutar para se libertarem de todos os resquícios da velha sociedade. Libertar-se da burocratização, do Estado, de suas leis, dos partidos, dos sindicatos, ou seja, tem que criar um mundo novo, onde impera a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Um mundo onde os que trabalham se autogovernam e buscam resolver os seus problemas de forma livre, no sentido de que toda a sociedade será organizada, tendo por base o interesse da coletividade, que a partir deste momento terão que trabalhar para obter os meios necessários para sobreviver. O trabalho não

será mais dividido, todos terão tempo para se dedicar ao trabalho socialmente necessário e ao trabalho autônomo. Nesta sociedade não existirá mais o dinheiro como forma de remuneração do trabalho, o trabalhador receberá o que lhe cabe de direito através de trocas que serão efetivadas pelas fábricas através de intermediários que serão eleitos coletivamente para representá-los nos conselhos e nas assembléias.

Para concretizar a implantação deste mundo novo que Pannekoek teoriza

em sua obra, não será uma tarefa fácil visto que é à classe operária que compete a realização da luta para libertar a sociedade de sua pré-história, tal como coloca Marx. É mais do que uma simples luta para adquirir o controle dos meios de produção, pois após a conquista, estes devem ser organizados de forma a que esta sociedade não volte a ser controlada novamente por pessoas que se intitulem representantes das demais.

Referências

- MARX, Karl. *Fundamentos da história*. In: IANNI, Octávio (org.). *Sociologia*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I*. 21ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Florianópolis, Barba Ruiva, 2007.
- PANNEKOEK, Anton. *Partido e Classe*. Retirado do endereço virtual: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/262311.shtml>. Acessado em maio de 2008.
- TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo, Moderna, 1986.
- TRAGTENBERG, M. *A Revolução Russa*. São Paulo, Atual, 1988.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História: Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. Goiânia: Edições Combate, 1997.
- VIANA, Nildo. *O Marxismo Libertário de Anton Pannekoek*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, Maringá/PR, v. 48, 2005.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania: A dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

DITADURA DO PROLETARIDO OU ABOLIÇÃO DO ESTADO? O CONFLITO CONCEITUAL ENTRE ANARQUISTAS E MARXISTAS

Rafael Saddi Teixeira
saddirafael@yahoo.com.br

Segundo a opinião padrão, a distinção central entre os anarquistas e os marxistas está no fato de que os primeiros “(...) insistem na destruição imediata do Estado em geral”, enquanto os marxistas “entendem que, apenas depois da vitória do proletariado e do período da *Ditadura Revolucionária do Proletariado*, poderá o Estado perecer” (VERGER, 2009).²

O presente artigo tem como objetivo questionar esta explicação um tanto simplista das diferenças entre os anarquistas e os marxistas. Queremos mostrar que por trás do conflito entre Bakunin e Marx ocorreu uma série de confusões terminológicas e conceituais. O que era ditadura do proletariado para Marx? Era de fato um Estado, tal como Bakunin criticara? O que era a “abolição do Estado” para Bakunin? Era uma destruição de qualquer instância organizativa e coercitiva?

Este conflito entre anarquistas e marxistas, presente desde o século XIX, embora não se resuma a um mero conflito de termos, constantemente apresenta-se sob a forma conceitual, isto é, sob uma luta contra e por conceitos e definições que foram elaborados de formas diferentes por cada uma destas duas correntes.

² Existem muitas outras referências aos conflitos entre marxistas e anarquistas que não colocam a questão central na transição política do capitalismo à nova sociedade, tais como a diferença em relação ao método de análise, às táticas de ação (espontaneidade-disciplina), à concepção de liberdade (coletiva-individual), etc. A maior parte destas referências apresentam várias confusões tanto do entendimento do pensamento de Marx quanto do pensamento dos anarquistas. Entretanto, neste artigo nos centraremos na questão do Estado, que nos parece ser a mais comentada e mais socializada das opiniões.

Neste sentido, pretendemos aqui, primeiramente, analisar a trajetória do conceito de “ditadura do proletariado” em Marx, depois, analisar as diferenças do conceito “Estado” em Marx e Bakunin, e, por último, sugerir uma possibilidade de superarmos as diferenças conceituais entre anarquistas e marxistas autogestionários para nos entendermos em relação à crítica da realidade e à forma de superação da sociedade capitalista.

O Conceito de Ditadura do Proletariado em Karl Marx

A primeira utilização do termo “ditadura do proletariado” foi realizada pelo francês Auguste Blanqui, que entendia a ditadura do proletariado como um governo de transição entre a antiga sociedade e a nova sociedade.

Em um dos documentos de ingresso de militante na *Sociedade das Primaveraes*, sociedade secreta criada por Blanqui, está explícita esta preocupação com um governo centralizado que preparará as condições para a nova sociedade.

Can the people govern themselves immediately after the revolution? (...) the people will need, for a certain period of time, a revolutionary power. – In summary, what are your principles? Royalty and all aristocracies must be exterminated; to substitute in their place the republic, which is to say the government of equality; but, to pass to this government, to employ a revolutionary power, which sets the people to exercise its rights. (BLANQUI, 1830).³

³ Tradução do autor: “Pode o povo imediatamente governar a si mesmo imediatamente depois da

Vejamos que para os blanquistas, o povo não poderá governar-se a si mesmo imediatamente após a revolução, necessitando, por um certo período de tempo, de um poder revolucionário que prepare as condições para o estabelecimento da plena igualdade.

Marx utilizou poucas vezes o termo “ditadura do proletariado”. Parece-me que a sua primeira utilização foi em 1850, no texto “A Luta de Classes em França de 1848 a 1850”, onde afirma:

Este socialismo é a *declaração da permanência da revolução, a ditadura de classe* do proletariado como ponto de trânsito necessário para a *abolição das diferenças de classes em geral*, para a abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apoiam, para a abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as ideias que decorrem destas relações sociais. (MARX, 1850).

Ele não diz muita coisa nesta citação sobre o que é de fato esta *ditadura de classe do proletariado*. Apenas afirma que é um *ponto de trânsito* necessário para a abolição das diferenças de classe e para a abolição de todas as relações de produção capitalistas. Se esta ditadura é um Estado ou uma outra forma de organização, Marx não fala.

Embora sua explicação do termo seja vaga, uma análise do contexto do seu pensamento neste período nos dá pistas para compreender o que ele entendia por “ditadura do proletariado”.

Marx acreditava que a revolução proletária deveria “centralizar os

revolução? (...) o povo precisará, por um certo período de tempo, de um poder revolucionário. Em suma, quais são seus princípios? Realeza e todos os aristocratas devem ser exterminados, para colocar em seu lugar a república, que é o governo da igualdade; mas, para passar para este governo, é necessário empregar um poder revolucionário, o qual prepare o povo para exercer seus direitos”.

instrumentos de produção nas mãos do Estado” e definia este Estado como “o proletariado organizado em classe dominante”. Vejamos o que fala no Manifesto Comunista, de 1848:

(...) o proletariado utilizará sua supremacia para arrancar, pouco a pouco, todo capital à burguesia, centralizando os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rápido possível o total das forças produtivas. (MARX, 1848).

Podemos dizer aqui que a ditadura do proletariado era entendida, por Marx, como este Estado (o proletariado organizado em classe dominante), que era caracterizado pela centralização dos instrumentos de produção. Vemos também uma certa noção de “transição”. Ao tomar o poder, o proletariado deve arrancar “pouco a pouco” todo capital à burguesia e “aumentar o mais rápido possível o total das forças produtivas”.

A noção de ditadura do proletariado em Marx apresenta-se distinta da noção em Blanqui. Para o último, a ditadura do proletariado é uma ditadura do grupo revolucionário no poder de Estado. Para o primeiro, a ditadura do proletariado é uma ditadura da classe proletária, isto é, do proletariado organizado em classe dominante.

Mas, o que era este proletariado organizado em classe dominante? Podemos dizer que, até então, Marx entendia que o proletariado, ao fazer a revolução, deveria se apropriar da máquina estatal já montada, centralizar os instrumentos de produção nas mãos de Estado e criar a partir daí as condições para a nova sociedade.

A partir da experiência da Comuna de Paris, entretanto, há um rompimento com a idéia de tomada do poder de Estado pelo proletariado. Marx e Engels a explicitam em um prefácio à edição alemã do Manifesto Comunista:

Face ao imenso desenvolvimento da grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, ao progresso da organização do partido da classe operária, face às experiências práticas, primeiro da revolução de Fevereiro, e muito mais ainda da Comuna de Paris — na qual pela primeira vez o proletariado deteve o poder político durante dois meses —, **este programa está hoje, num passo ou noutro, antiquado.** A Comuna, nomeadamente, forneceu a prova de que "a classe operária **não pode simplesmente tomar posse da máquina de Estado [que encontra] montada** e pô-la em movimento para os seus objectivos próprios. (MARX & ENGELS, 1872).

Esta era, portanto, a primeira definição marxista de “ditadura do proletariado”. Foi a partir desta concepção, ainda bem próxima da concepção blanquista, que Marx utilizou o termo.

A partir da experiência da Comuna de Paris, entretanto, há um rompimento com a idéia de tomada do poder de Estado pelo proletariado. Em 12 de abril de 1871, em uma carta a Kugelmann, Marx escrevia:

Se você reexaminar o último capítulo do meu “*18 Brumário*”, vai constatar que declaro como próximo intento da *Revolução na França* – não mais como antes –, o *ato de transferir a maquinaria burocrático-militar de uma mão para outra, mas sim despedaçá-la* (EvM.: no original alemão “*zerbrechen*”, i.e. despedaçar, quebrar, fraturar, destruir etc.). (MARX, 1871).

Ocorre, assim, uma superação da antiga concepção de ditadura do proletariado por uma outra concepção política. O proletariado não deve mais simplesmente tomar o Estado, ele deve aboli-lo, reconstruindo uma nova forma política, uma forma proletária de organização política. A Comuna de Paris teria fornecido a forma política como o

proletariado deveria se organizar. É no texto “A Guerra Civil na França” que Marx apresenta claramente a sua posição:

(...) uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários o regime comunal, o antigo governo centralizado teria que ceder lugar também nas províncias ao autogoverno dos produtores (...); não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitária. (MARX, 1986, p. 73-74).

Vejamos que Marx claramente opõe “poder estatal” (como uma “excrescência parasitária”, “independente e acima da nação”) ao “regime comunal” e opõe também “governo centralizado” ao “autogoverno dos produtores”.

Aqui nos encontramos com o ponto cerne de nossa questão. Bakunin já havia percebido que a revolução proletária deveria abolir o Estado e constituir o autogoverno dos produtores. Marx, a partir da experiência da Comuna de Paris, também compreende isto. Os dois chegam assim a uma mesma percepção do que o proletariado deverá fazer ao se levantar em revolução social. Ele deverá abolir o antigo Estado e organizar o seu autogoverno, a Comuna.

É significativo o fato de que Marx não utiliza em nenhum momento neste texto, “A Guerra Civil na França”, o termo “ditadura do proletariado”. E poderíamos pensar que este termo havia morrido junto com a idéia de tomada do Estado Burguês.

Entretanto, em diferentes cartas, e também nas “Críticas ao Programa de Gotha” de 1875, o termo “ditadura do proletariado” continua a ser utilizado. Vejamos o que diz:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da

primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a *ditadura revolucionária do proletariado*. (MARX, 1875).

Ditadura do proletariado está definida aqui como um período político de transição entre o capitalismo e o comunismo. Mas, o que caracteriza este período e que forma política apresenta? Engels irá afirmar, em uma carta a Bebel, em 1875, que era necessário substituir em todos os programas o termo Estado (operário) pelo termo *Gemeinweisen*, “uma boa palavra alemã antiga que pode corresponder muito bem à «Comuna» [*Kommune*] francesa” (ENGELS, 1875). Em 1891, em um prefácio ao livro “A guerra civil na França”, Engels dirá que a “ditadura do proletariado” é a própria “Comuna de Paris”. (ENGELS, 1891).

Desta forma, é bem possível que Marx, ao utilizar o termo “ditadura do proletariado” e “Estado operário” esteja, a partir de 1871, se referindo ao autogoverno dos produtores, e não mais a um Estado (no sentido que os anarquistas dão ao termo). Então porque Marx mantém a utilização do termo “Estado” e do termo “ditadura do proletariado”? Porque não fazer como Engels havia proposto na Carta a Bebel e substituir o termo “Estado” por “Comuna” (coisa que nem Engels mesmo fez)?

Deve haver vários motivos para isto. Mas, para além deles, quero insistir aqui na limitação da definição de Estado em Marx e dizer que esta limitação possibilitava a utilização do termo “ditadura do proletariado”, (mesmo quando se entende por isto o autogoverno dos produtores ou a Comuna) como uma forma de Estado.

A Concepção de Estado em Karl Marx e em Mikhail Bakunin

Para Marx, o Estado é um instrumento de reprodução das relações de produção. Neste sentido, ele reproduz a

dominação de classe através da repressão, da intervenção na produção, da produção de ideologias etc.

Entretanto, a definição do termo Estado tal como utiliza Marx, necessita apenas da *repressão* para garantir sua utilidade. É por isto que Marx pode falar de Estado operário quando quer dizer coerção-repressão proletária sobre a burguesia⁴.

Se o Estado é, portanto, uma forma de repressão de uma classe sobre outra, ao destruir o Estado Burguês, o proletariado constrói o seu Estado, ou seja, a sua forma específica de repressão classista, a ditadura do proletariado. Assim, ainda quando falamos de “autogoverno dos produtores”, ou “Comuna”, na terminologia de Marx, estamos ainda falando de Estado, pois pressupõe que a Comuna é um instrumento criado pelo proletariado para reprimir a oposição burguesa. Como respondeu Marx, em notas críticas ao livro de Bakunin:

(Ditadura do Proletariado) Significa que o proletariado – em vez de lutar, fragmentadamente, contra as classes economicamente privilegiadas – adquiriu forças e organização suficientes para **aplicar contra elas meios gerais de coerção**. Porém, o proletariado pode apenas aplicar meios econômicos que suprimem seu próprio caráter de *salariat* (EvM: assalariamento) e, portanto, de classe.

Portanto, com sua completa vitória, terminará também sua dominação, pois que desaparecerá seu caráter de classe. (MARX, 1874).

⁴ Para Marx, o que é essencial no conceito de Estado é o fato de que todo Estado é um meio de repressão de uma classe sobre outra. (VIANA, 2003). Ao falar de Estado operário, Marx está falando do “estado que a classe operária utilizaria para reprimir a burguesia.” (VIANA, 2003).

Assim, para Marx, o Estado operário é a concentração das forças proletárias para aplicar “meios de coerção” contra a burguesia.

Em Bakunin, o termo Estado assume uma outra definição. Para ele, o Estado é, também, um instrumento de repressão de uma classe sobre outra. Entretanto, a utilização do termo implica mais que isto. Todo Estado é, em sua essência, hierarquizado, burocrático, dominador. Logo, todo Estado só pode atuar a partir de uma divisão entre dirigentes e dirigidos. Por isto, ele afirma: “Estado quer dizer dominação, e toda dominação supõe submissão das massas e, conseqüentemente, sua espoliação em proveito de uma maioria governamental qualquer.” (BAKUNIN, 1999, p. 147).

A crítica de Bakunin à “ditadura do proletariado” se faz dentro desta sua concepção de Estado. Ele critica a idéia de que seja possível falar em Estado como “o proletariado organizado em classe dominante”, pois nenhum Estado pode atuar com toda a classe dentro dele, mas somente através desta divisão entre governantes e governados.

O que significa: “o proletariado organizado em classe dominante”? Quer dizer que este estará inteiramente na direção dos negócios públicos? Há, aproximadamente, quarenta milhões de alemães. Poderão esses quarenta milhões de alemães fazer parte do governo e, o povo inteiro governando, não haverá governados? Então não haverá Estado, mas, se houver, haverá governados, haverá escravos. (BAKUNIN, 1999, p. 155).

Bakunin não aceita a idéia de um Estado operário, afirmando que ainda que ele fosse formado por membros da classe proletária, os dirigentes se tornariam novos opressores e reconstruiriam também a exploração econômica.

Não admitimos, nem mesmo como transição revolucionária, nem as Convenções nacionais, nem as

Assembléias constituintes, nem os governos provisórios, nem as ditaduras supostamente revolucionárias, porque estamos convencidos de que a revolução só é sincera, honesta e real dentro das massas e que, quando se concentra nas mãos de alguns governantes, transforma-se inevitável e imediatamente em reação. (BAKUNIN, 1999, p. 148).

Neste sentido, Bakunin combate os termos “Estado operário” e “ditadura do proletariado” e não aceita que a *Comuna de Paris* seja tomada como uma forma de Estado, posto que ela foi uma forma anti-estatal por excelência, uma organização descentralizada, federativa, firmada de baixo para cima, sem a divisão de poder entre dirigentes e dirigidos.

Para nós, este conflito terminológico apresenta algo mais do que uma simples questão de termos. Podemos citar ao menos dois exemplos para demonstrar isto. Primeiro, é por esta percepção do Estado enquanto dominador por essência que Bakunin colocava a necessidade de destruição da máquina estatal burguesa e a constituição do “autogoverno dos produtores” antes mesmo da experiência da Comuna de Paris. O pensamento de Marx precisou da realização da primeira grande experiência revolucionária do proletariado para perceber a importância desta premissa. Segundo, é também por esta concepção de Estado que Bakunin rompeu com qualquer tipo de participação política (entenda-se política como Estado), defendendo o abstencionismo completo, enquanto Marx, mesmo depois da Comuna de Paris, ainda achava que em alguns países seria possível a transição do capitalismo para o comunismo de forma pacífica, como afirma em um discurso durante o Congresso de Haya (mesmo congresso que expulsou os anarquistas da Associação Internacional dos Trabalhadores):

Sabemos que há que ter na devida conta as instituições, os costumes e as

tradições dos diferentes países; e não negamos que existem países como a América, a Inglaterra, e se conhecesse melhor as vossas instituições, acrescentaria a Holanda, onde os trabalhadores podem atingir o seu objectivo por meios pacíficos. Se isto é verdade, também devemos reconhecer que na maior parte dos países do continente a força é que deve ser a alavanca das nossas revoluções; é à força que se terá de fazer apelo por algum tempo a fim de estabelecer o reino do trabalho. (MARX, 1872).

Embora esta questão em relação à defesa da participação eleitoral por Marx seja polêmica, alguns documentos da AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores, demonstram isto. Além da citação acima, podemos nos recordar de uma fala de Marx na Conferência de Londres em 1871, a respeito da participação eleitoral dos trabalhadores franceses:

The governments are hostile to us, one must respond to them with all the means at our disposal. To get workers into Parliament is synonymous with victory over the governments, but one must choose the right men, not Tolains. (MARX, 1871a)⁵.

Neste sentido, assim como a Comuna de Paris foi importante para Marx pensar a destruição da máquina estatal burguesa; a experiência dos diferentes “partidos operários” durante o final do século XIX e início do século XX foi necessária para que os marxistas autênticos percebessem a necessidade de se romper com a idéia de que a participação política poderia trazer algum ganho para a luta da classe proletária.

É por isto, por achar que o conceito de Estado em Bakunin resistiu ao tempo e foi demonstrado nas experiências

⁵ Tradução do autor: “Os governos são hostis a nós, nós devemos respondê-los com todos os meios disponíveis. Colocar os trabalhadores no Parlamento é sinônimo de vitória sobre os governos, mas devemos escolher os homens certos, não Tolains”. (MARX, 1871).

da luta de classes posteriores a ele; que acredito que termos como “ditadura do proletariado” ou “Estado operário” devam ser superados pela noção de “abolição do Estado” e “autogoverno dos produtores”.

Entretanto, devemos entender que é preciso ir além dos termos e conceitos utilizados por anarquistas e marxistas e nos aproximarmos através da crítica real à sociedade e da sua forma de superação.

Superando os conflitos de conceitos

Quando Bakunin critica a “ditadura do proletariado” ou a noção de “Estado Popular”, ele não está na realidade criticando a concepção que Marx apresentava, mas aquilo que Bakunin acreditava que Marx apresentava. Como assim? Vejamos o que Bakunin fala:

(...) conforme a teoria do Sr. Marx, o povo não apenas deve destruir o Estado, como, ao contrário, deve consolidá-lo, torná-lo ainda mais forte e, sob esta forma, colocá-lo à disposição de seus benfeitores, de seus tutores e de seus educadores, os chefes do partido comunista, em suma, à disposição do Sr. Marx e de seus amigos, que começarão em seguida a libertá-lo à sua moda. (BAKUNIN, 1999, p. 159).

A citação acima serve, em algum sentido, para o pensamento de Marx antes da Comuna de Paris, mas não depois dela. Embora Marx e Blanqui não possuam a mesma concepção de “ditadura do proletariado” (um vê o proletariado organizado como classe dominante e o outro vê um grupo de conspiradores tomando o Estado), ambos pensaram em um tomada do Estado. Posto que a máquina do Estado até então montada era o Estado burguês (uma máquina burocrática) me parece válida neste sentido a crítica de Bakunin para este período do pensamento de Marx, embora não sirva para o período após a Comuna de Paris, quando este demonstra que não se deve simplesmente tomar a máquina até

então montada, mas constituir a Comuna, ou seja, uma forma não burocrática da organização política.

Se é verdade que para Marx a “ditadura do proletariado” passou a ser entendida como a “Comuna”, o “autogoverno dos produtores”, então não é verdade que Marx queria aumentar a força do Estado, mas suprimir as funções burguesas do Estado (para usar a terminologia marxista) e “abolir o Estado” (na terminologia anarquista).

Depois de 1872, a crítica de Bakunin a Marx se centra bastante naquilo que ele chama de “a noção de Estado Popular do Sr. Marx”. Entretanto, Marx nunca usou e, na verdade, combateu esta idéia de “Estado Popular” cunhada por Wilhelm Liebknecht. Neste sentido, mais uma vez, a crítica de Bakunin, embora correta em sua essência, não é uma crítica ao pensamento mais avançado de Marx.

Assim, se, para Bakunin, o problema de se manter ou se criar um Estado operário era que este Estado não conduziria à emancipação dos trabalhadores, mas à sua exploração e dominação; então sua crítica não servia mais para a concepção de Marx/pós Comuna de Paris. Posto que, chame de “Estado operário” ou “autogoverno dos produtores”, tanto Marx quanto Bakunin concordavam que a Comuna deveria ser a forma política do proletariado.

Marx também, por sua vez, e Engels (este mais ainda) confundiram bastante, em suas críticas, a concepção bakuninista de revolução social. Nas notas críticas ao livro “Estado e Anarquia” de Bakunin, Marx afirma:

À parte o fato de que o Sr. *Bakunin* fica cavalgando em torno da concepção de *Estado do Povo*, criada por *Wilhelm Liebknecht*, sua parvoíce é dirigida contra o “*Manifesto do Partido Comunista*” etc. e significa apenas o seguinte: Durante o período da *luta para a derrubada da velha sociedade*, como o proletariado ainda *atua sobre a base dessa velha sociedade*, movimentando-se, por isso, também

no interior de formas políticas que ainda pertencem mais ou menos a ela, não atingiu ainda, ao longo desse mesmo período de luta, sua complexão definitiva e emprega meios de libertação que deixarão de existir, depois da libertação. Por isso, o Sr. *Bakunin* conclui que é mais aconselhável não se fazer absolutamente nada ... e esperar o *Dia da Liquidação Geral – o Dia do Juízo Final*. (MARX, 1874).

Marx parece compreender que Bakunin pretende simplesmente a abolição do Estado de uma hora para outra, sem entender a importância do proletariado exercer uma dominação de classe sobre a burguesia, ou seja, a importância da classe proletária criar meios de coerção contra a oposição burguesa.

Em um outro texto, datado de 1873, Marx e Engels afirmam, ironizando os anarquistas:

Se a luta política da classe operária adquire formas revolucionárias, se os operários, em lugar da ditadura da burguesia, estabelecem a sua ditadura revolucionária, cometem um espantoso crime de lesa-princípios, pois que, para satisfazerem as necessidades do momento, necessidades lamentáveis e profanas, para quebrarem a resistência da burguesia, dão ao Estado uma forma revolucionária e passageira, em vez de deporem as armas e suprimirem o Estado. (MARX apud: Lênin, 1918).

Aqui opõem a atitude marxista de dar ao Estado uma forma revolucionária e passageira (a ditadura do proletariado, o Estado Operário, a Comuna, o autogoverno dos produtores) à atitude anarquista de depor as armas e suprimir o Estado. Mais uma vez, Marx e Engels acusam os anarquistas de não pensarem a questão da importância do proletariado garantir, no momento revolucionário, uma forma organizada de repressão-coerção à oposição burguesa.

Seria ridículo pensar que Bakunin não pensava na necessidade de uma

repressão sobre a oposição burguesa a partir do fato revolucionário. Ainda que não tivesse citado isto claramente em seus textos, a sua total concordância com a forma como se procedeu a Comuna de Paris serviria para provar que tal idéia é absurda. Mas, mesmo em alguns de seus textos, é possível ver referências como:

Para a organização da Comuna: a federação das barricadas permanentes e a função de um conselho revolucionário da Comuna pela delegação de um ou dois deputados por cada barricada, um por rua ou por bairro, deputados investidos de mandatos imperativos, sempre responsáveis e sempre revogáveis. (BAKUNIN, 1999, p. 138).

O que significa “federação das barricadas permanentes” senão a federação do povo em armas? Assim, sem dúvida alguma, tanto Marx não mais proclamava um Estado Centralizado, como pensava Bakunin, quanto este último não ignorava a necessidade de mecanismos organizados de coerção-repressão da burguesia pelo proletariado.

Essa confusão entre Marx e Bakunin contribuiu para impossibilitar um acordo comum que estava implícito na tese de ambos em relação ao caráter do poder revolucionário. Hoje, devemos superar as confusões terminológicas, buscando compreender a crítica real, para além dos conceitos que cada um utilizou.

Comunistas de Conselhos e Anarquistas Revolucionários: um encontro possível

Para os comunistas de conselhos, é com a experiência da luta de classes que o conceito de “ditadura do proletariado” assume a sua forma concreta. Pannekoek, por exemplo, afirma que na época em que este conceito foi criado “não era ainda possível encarar claramente como a classe tomaria o poder.” (PANNEKOEK, 1936). Entretanto, a experiência de toda a luta proletária dos tempos posteriores forneceu

mais claramente como este processo ocorre e deve ocorrer.

No processo revolucionário, o antigo poder estatal será destruído e os órgãos que virão tomar o seu lugar, os conselhos operários, terão certamente durante algum tempo ainda poderes políticos importantes a fim de combater os vestígios do sistema capitalista. Contudo, a sua função política reduzir-se-á gradualmente a uma simples função econômica: a organização do processo de produção colectiva dos bens necessários à sociedade. (PANNEKOEK, 1936).

Neste sentido, para Pannekoek, “A organização conselhistas encarna a ditadura do proletariado”. O processo de luta de classes, segundo ele, “engendra naturalmente órgãos dessa ditadura: os soviets.” (idem).

Para Nildo Viana, Marx entende a “ditadura do proletariado” como o processo revolucionário que vai da derrocada do poder burguês até a extinção completa da oposição à nova sociedade. Neste sentido:

A Comuna de Paris seria a forma histórica na qual isto teria se manifestado pela primeira vez. Na esfera da produção, há a “autogestão dos produtores” e isto se generaliza para todas as relações sociais, mas como ainda existe, neste momento, oposição (seja internacional ou internamente na nação), haverá uma repressão aos elementos reacionários, representantes do antigo estado de coisas, realizada pelo “povo em armas”, ou seja, pela população auto-organizada, sendo uma extensão da autogestão na produção. Com a derrota da contra-revolução, cessa de existir a necessidade de uma coletividade armada para auto-proteção. Aí se entra na segunda fase da sociedade comunista.” (VIANA, 2003).

Embora alguns comunistas de conselhos não utilizem mais o termo “ditadura do proletariado”, este termo, para eles, não significa a constituição de um

Estado de transição (um Estado socialista) como dizia Lênin. Ela significa o autogoverno dos produtores, mantendo ainda a força de repressão, sem a constituição de um exército, mas a partir do “povo em armas” na luta contra a oposição à sociedade autogestionária.

Não há, aqui, nenhuma diferença essencial entre esta concepção política marxista e a concepção anarquista. Há sim uma diferença de termos utilizados. Para os anarquistas, a revolução social é a abolição imediata do Estado e a constituição do autogoverno dos trabalhadores. Para os marxistas não burocráticos, a revolução

social conduz à “ditadura do proletariado” que é, por sinal, a autogestão política, sob a forma dos conselhos operários. Neste sentido, para um anarquista atento, o que os conselhistas chamam de “ditadura do proletariado” é, sobretudo, a “abolição do Estado” proposta pelos anarquistas, isto é, a abolição de um sistema de autoridade firmado na divisão entre dirigentes e dirigidos. É o autogoverno dos trabalhadores. Para um marxista atento, a crítica anarquista à ditadura do proletariado e ao Estado operário é uma crítica à burocracia e, portanto, a qualquer idéia de estatização dos meios de produção.

Referências

- BAKUNIN, Michael. *Textos Anarquistas*. Porto Alegre: L&PM. 1999.
- BLANQUI, Auguste. *Reception Procedure of the Society of the Seasons*. 1830. In: <http://www.marxists.org/reference/archive/blanqui/1830/seasons.htm>. Acesso em: novembro de 2009.
- ENGELS, Frederich. *Carta a August Bebel*. 1875. <http://www.marx.org/portugues/marx/1875/03/28.htm>. Acesso em: dezembro de 2009. _____. Introdução de Friedrich Engels à Edição de 1891. In: <http://marxists.architexturez.net/portugues/marx/1891/03/18.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. 1818. In: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Global, 1986
- MARX, Karl. *A Luta de Classes em França: 1848 a 1850*. 1850. In: http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/index.htm. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *Carta de Karl Marx a Ludwig Kugelmann*. 1871. In: <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels120471.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *Political Action and the Working Class*. 1871a. In: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/09/politics-speech.htm>. Acesso em Janeiro de 2009.
- MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. 1875. In: <http://www.culturabrasil.org/gotha.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *Comentários ao Livro de Bakunin “Estatalidade e Anarquia”*. 1874. In: <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosMarxEngelsLuta1874.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *O Congresso de Haya. Relato feito na imprensa do discurso pronunciado na reunião de 8 de setembro de 1872 em Amsterdã*. 1872. In: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/08.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX & ENGELS. *Manifesto Comunista: Prefácio à edição alemã de 1872*. In: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/prefacios.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: <http://www.culturabrasil.pro.br/manifestocomunista.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.

PANNEKOEK, Anton. *Os Conselhos Operários*. 1936. In: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ma000071.pdf. Acesso em: dezembro de 2009.

VERGER, Vassily. *Marxismo e Estado Proletário em Face do Anarquismo*. 1924. In: <http://www.scientific-socialism.de/PECAP18.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.

VIANA, Nildo. *Marx e a Ditadura do Proletariado*. 2003. In: <http://www.midiaindependente.org/eo/green/2003/03/249615.shtml>. Acesso em: dezembro de 2009.

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

Nildo Viana

nildoviana@terra.com.br

O mundo moderno é palco de um confronto de ideologias, opções políticas e concepções que são derivadas das lutas de classes. Tal confronto se encontra também no que se refere ao significado dos conceitos e palavras. A palavra modernidade não escapa a esta condição e se presta a muitos equívocos e definições. O presente texto tem como objetivo, partindo da concepção marxista, analisar os significados dos termos modernidade e pós-modernidade.

Ao moderno se contrapõe o arcaico, o tradicional, o atrasado. Na verdade, em termos marxistas, todas as concepções do que é arcaico remete este às sociedades pré-capitalistas ou não-capitalistas, identificando, portanto, modernidade e capitalismo. A concepção marxista de modernidade também aponta para esta conclusão, sem, contudo, contrapor tal termo a outros (arcaico, tradicional, atrasado) na busca ideológica de provar a “superioridade” do modo de produção capitalista em relação aos demais modos de produção, tal como o faz as ideologias burguesas.

O que caracteriza a modernidade? Podemos dizer que é a mercadoria, *tal como é produzida em nossa sociedade*. A *produção capitalista de mercadorias* revela uma relação de exploração e dominação de uma classe social por outra. O processo capitalista de produção de mercadorias é um processo de *produção de mais-valor*, tal como Marx o demonstrou (Marx, 1988). O capitalista compra a força de trabalho e a utiliza no processo de produção. A força de trabalho acrescenta valor às mercadorias e apenas uma parte desse valor acrescido retorna as suas mãos, sob

a forma de salário, que é o preço da força de trabalho pago pelo capitalista. Como o trabalhador produziu mais do que recebeu e o capitalista ficou com este mais-valor acrescido à mercadoria e não recebido pelo trabalhador, aí reside a exploração capitalista. Tal exploração é proporcionada pela dominação que a classe capitalista exerce sobre a classe operária no processo de produção.

Há, na relação entre capitalistas e trabalhadores, uma incessante produção de mais-valor. Este mais-valor se realiza no mercado através do consumo das mercadorias pela população. Este é o fundamento da modernidade. É deste fundamento que deriva todas as outras características da modernidade. Basta observar que o processo de produção capitalista exige a grande indústria que é instalada na cidade, o desenvolvimento tecnológico (devido à competição dos capitais individuais, a necessidade de ampliação constante do mercado consumidor e a tendência à queda da taxa de lucro médio), a necessidade de controlar e administrar minuciosamente o processo de trabalho. Aqui se revelam várias características secundárias da modernidade e que podem ser expressas por termos bastante utilizados pelas ciências humanas: industrialização, urbanização, desenvolvimento tecnológico acelerado, racionalização, burocratização.

Mas a modernidade possui outras características, que também são derivadas das relações de produção capitalistas. A dominação e exploração da classe trabalhadora provocam a resistência desta e a luta de classes. A

classe capitalista busca manter sua dominação através da repressão, da ideologia, do imaginário, da criação de instituições que buscam integrar o proletariado na sociedade burguesa. A partir disto observamos novas características da modernidade: ideologização, institucionalização, estatização, violência, luta de classes entre burguesia e proletariado em todas as esferas da vida social. Novamente se vê aí outras raízes do fenômeno da burocratização que se expande para a sociedade civil.

A mercadoria é vendida no mercado, onde se realiza o mais-valor e isto cria a necessidade do consumo e a transformação de tudo em mercadoria. Torna-se necessário, devido à tendência da queda da taxa de lucro médio e a competição entre empresas capitalistas, a incessante reprodução ampliada do mercado consumidor. Isto faz com que do meio-ambiente seja extraído cada vez mais matéria-prima, criando uma devastação ambiental sem limites. Estes fatos nos apresentam mais algumas características da modernidade: mercantilização, consumismo, modas sucessivas, destruição ambiental em escala nunca vista antes na história da humanidade.

Muitas outras características da modernidade, tal como o cientificismo, a especialização, etc., que são derivadas das relações de produção capitalistas poderiam ser acrescentadas, mas nos limitaremos a estas. Além disso, e como elemento fundamental da modernidade, está a luta de classes, que é o seu fundamento – a produção de mais-valor é expressão da luta de classes e gera a luta de classes na produção, que se dá em torno do mais-valor – e se generaliza e espalha por toda a sociedade, envolvendo as classes fundamentais (burguesia e proletariado) e demais classes (burocracia, intelectualidade, campesinato, etc.) e frações de classes.

Enfim, a modernidade pode ser compreendida como o período histórico marcado pelo predomínio do modo de produção capitalista e a modernização como o processo de desenvolvimento da modernidade.

Neste sentido, o processo de modernização significaria tão-somente a implantação do modo de produção capitalista e das demais relações sociais que lhe acompanham e seu desenvolvimento, o que significa o aprofundamento, intensificação, de elementos já presentes na essência do capitalismo. A modernização é este processo de aprofundamento e intensificação da modernidade, com suas contradições e crises.

O que significa falar de modernidade nos dias atuais? Significa observar a atual configuração do capitalismo mundial e suas contradições. A modernidade atual é a atual fase de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, a contemporaneidade. O desenvolvimento capitalista é marcado por lutas de classes que geram formas determinadas em cada uma de suas fases, o que repercute em todas as instâncias sociais. Porém, há um elemento fundamental no processo de desenvolvimento capitalista, que é a luta em torno do mais-valor e a acumulação capitalista. A luta em torno do mais-valor é cotidiana, constante, e se dá no espaço concreto das relações de produção, da unidade de produção, na fábrica, na construção civil, ou seja, em todos os lugares onde ocorre extração de mais-valor. Ela acaba se solidificando em determinada correlação de forças, instaurando determinadas formas de extração de mais-valor, concretizadas em formas de organização do trabalho, tal como se vê no taylorismo, fordismo, toyotismo. Além da produção de mais-valor é necessário sua realização, sua repartição, etc., o que produz a necessidade de controle e regularização e,

desta forma, determinada correlação de forças no processo de produção, aliada com determinada correlação de forças em geral na sociedade civil, temos uma formação estatal e relações internacionais estabelecidas, que constituem um determinado regime de acumulação (Viana, 2009; Viana, 2003). A história da modernidade, ou seja, do capitalismo, é a história da sucessão de regimes de acumulação, ou seja, formas consolidadas e relativamente estabilizadas das lutas de classes.

Até aqui nos limitamos a discutir o conceito de modernidade. Nosso objetivo, no entanto, é discutir o outro termo, o de pós-modernidade. Cabe, então, esclarecer o significado da expressão “pós-modernidade” e o que este fenômeno representa. A partir do reconhecimento da identidade entre capitalismo e modernidade e da constatação óbvia de que o capitalismo ainda não foi superado, observamos que as sociedades contemporâneas não são “pós-modernas” e sim modernas. Não é difícil reconhecer que a produção de mais-valor continua, bem como a sociedade continua comandada pela produção industrial, continua urbana, mercantil, burocrática, racionalizada, consumista, etc.

Mas resta explicar, então, o que significa a ideologia pós-moderna. Existe um rompimento real entre a ideologia moderna (burguesa) e a ideologia pós-moderna? Para responder a esta questão teríamos que tratar de outros aspectos da modernidade e após isto voltar ao nebuloso mundo das ideologias.

Algumas características da modernidade, tais como o desenvolvimento tecnológico acelerado, a constante criação e recriação do mercado consumidor, entre outras, deixam entrever uma das mais importantes facetas deste período histórico e que pode ser resumida da seguinte forma: “a burguesia não pode

existir *sem revolucionar constantemente os meios de produção* e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais. (...). A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e incerteza distinguem a época burguesa de todas precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e idéias antiquadas e veneradas; antes mesmo de se consolidar. Tudo o que era sólido se evapora no ar, tudo que era sagrado é profanado, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com a espécie” (Marx e Engels, 1978, p. 96-97).

A idéia de tempo e de mudança se une com a idéia de velocidade. O desenvolvimento histórico sob o capitalismo é tão veloz que dá a impressão de que as sociedades pré-capitalistas são estáticas, “sem história”, tal como na ilusão da maioria dos antropólogos sobre as sociedades indígenas. Nesse torvelinho se vê, ao mesmo tempo, continuidade e descontinuidade, mudanças e permanências.

O que significa isto? Significa que as mudanças que ocorrem no capitalismo são mudanças em sua forma e expressam os seus períodos de desenvolvimento histórico. O seu conteúdo, ao contrário, permanece o mesmo. Qual é este conteúdo? A produção de mais-valor pelo proletariado e sua apropriação pela burguesia, ou seja, a luta entre estas duas classes sociais. As mudanças que ocorrem no mundo moderno são mudanças no interior do modo de produção capitalista e apontam, devido suas contradições, para uma transformação radical de seu próprio conteúdo, isto é, para a abolição do capitalismo.

Tal tendência histórica brota de suas próprias contradições, ou seja, da

luta da classe capitalista e da classe trabalhadora e de todos os conflitos sociais derivados desta luta. Disto tudo se conclui que as mudanças no capitalismo representam períodos históricos deste, o que significa uma manifestação simultânea da continuidade (do modo de produção capitalista) e da descontinuidade (no modo de produção capitalista), que se manifesta nos regimes de acumulação¹. Além disso, percebe-se, conseqüentemente, que as principais mudanças ocorrem nas relações de produção e distribuição e daí se espalham para as demais esferas da vida social.

O que vem ocorrendo no que diz respeito ao modo de produção capitalista? Nos meios acadêmicos, políticos e até mesmo nos meios oligopolistas de comunicação, usam-se termos como “globalização”, “reestruturação produtiva”, “terceirização”, “neoliberalismo”, “fim do socialismo”, “fim do estado-nação”, “sociedade pós-industrial”, “pós-modernidade”, “pós-fordismo”, etc. Começamos pela chamada “reestruturação produtiva”. O termo “reestruturação” é um tanto quanto exagerado, pois a estrutura produtiva não foi alterada em sua estrutura. No que se refere às relações de trabalho, existe uma tendência em se falar de “crise do fordismo” e em “pós-taylorismo” e “pós-fordismo” e assim postular uma mudança radical no processo de trabalho. Tal tese se sustenta numa análise superficial das formas de organização do trabalho.

O taylorismo se caracteriza por ser a forma de organização do trabalho criada pela burguesia a partir de um estágio superior de seu desenvolvimento capitalista. Que estágio é este? É o estágio onde a luta operária impôs a estabilização da jornada de trabalho e desta forma impediu o

aumento de extração de mais-valor absoluto. A partir desse momento, a classe capitalista forjou a “organização científica do trabalho” (taylorismo), com o objetivo de aumentar a produção no interior de um mesmo período de tempo (a jornada de trabalho estabelecida), ou seja, de aumentar a produtividade, o que é equivalente ao aumento de extração de mais-valor relativo. Isto significou a passagem do regime de acumulação extensivo para o regime de acumulação intensivo.

Um conjunto de processos organizativos foi criado para realizar tal façanha. A gerência científica significa a criação de uma camada de especialistas (os gerentes) voltados para o controle, a vigilância e a organização do processo de trabalho buscando evitar desperdício de tempo, maior rendimento, etc. Cria-se, assim, uma racionalização do processo de trabalho. Em síntese, o taylorismo, tal como o concebemos, se caracteriza por ser um processo de controle da força de trabalho através da racionalização e dos gerentes especializados em planejar minuciosamente a execução das tarefas e aplicar tal racionalização (que se caracteriza por medir, calcular, normatizar, o processo de trabalho) objetivando o aumento de produtividade.

As formas de organização do trabalho posteriores são apenas aplicações do taylorismo às novas necessidades do modo de produção capitalista, ou seja, não existe nenhum “pós-taylorismo”. O fordismo, por exemplo, é apenas uma adaptação do taylorismo à produção em massa, o que provoca algumas alterações formais, mas não muda a essência do taylorismo. Ele é instaurado em outro contexto histórico, marcado por nova correlação de forças entre as classes sociais, ou seja, em um novo regime de acumulação, o intensivo-extensivo, e que é acompanhado por uma nova organização estatal, o estado integracionista e novas relações

¹ Sobre a periodização do capitalismo e os sucessivos regimes de acumulação, cf. Viana, 2009.

internacionais, o imperialismo oligopolista transnacional.

O toyotismo, por sua vez, realiza uma adaptação do taylorismo à nova situação histórica. Que situação é essa? Trata-se de uma situação onde a luta de classes ganha contornos novos, onde há uma ofensiva da classe capitalista provocada pela queda da taxa de lucro médio e pela competição oligopolista internacional. O Japão pós-segunda guerra mundial precisou fazer um esforço gigantesco, caracterizado pela superexploração da força de trabalho, para reerguer a produção nacional. Foi desta forma que o Japão se tornou uma “superpotência” no interior da competição internacional. O “modelo japonês” implementado a partir do pós-guerra passa a ser aplicado nos demais países devido à situação atual marcada pela taxa declinante de lucro e pela competição oligopolista internacional, onde o Japão assume uma posição privilegiada e graças ao seu êxito começa a ser copiado por diversos outros países.

A tendência à queda da taxa de lucro médio provoca, juntamente com outros fatores, uma corrida pelo desenvolvimento tecnológico, um aumento da taxa de exploração do trabalhador, uma busca incessante de reprodução ampliada do mercado consumidor, uma ofensiva da classe capitalista em várias frentes ao mesmo tempo. Tais características surgem, inicialmente, nos países capitalistas superdesenvolvidos (EUA, Japão, Europa Ocidental) e se espalha pelo resto do mundo, atingindo, assim, os países capitalistas subordinados.

Este fenômeno de difusão mundial ocorre a partir da ascensão do modo de produção capitalista, onde o “centro” impõe as relações de produção capitalistas e seus derivados e, uma vez isto estando concretizado, irradia para o resto do mundo também as suas alterações formais. Desta forma,

podemos dizer que após este período de consolidação mundial do capitalismo surge um processo de irradiação das transformações do capital e de suas formas de regularização para o resto do mundo, o que significa que o capitalismo muda de forma inicialmente nos países superdesenvolvidos e depois “exporta” estas mudanças para os países subordinados. Isto gera uma maior uniformização do capitalismo mundial.

Há muitas décadas o modo de produção capitalista se tornou o modo de produção dominante em todos os países do mundo e daí se observa que o que se chama hoje de “globalização” não passa de uma continuidade da expansão do capitalismo dos seus centros mais desenvolvidos para as regiões menos desenvolvidas. Entretanto, ao contrário do que pretendem os ideólogos da burguesia, trata-se de uma expansão marcada pelo signo da subordinação e exploração, tal como sempre foi. Neste sentido, a afirmação de Marx segundo a qual o país mais avançado mostra o caminho que será seguido pelos países mais atrasados é perfeitamente correta (Marx e Engels, 1978). O que podemos observar é que o termo “globalização” ofusca o caráter capitalista da atual expansão mundial e, conseqüentemente, as suas contradições e conseqüências (Viana, 2009). Tal expansão expressa uma nova fase da luta de classes, marcada pela ofensiva capitalista e pela ameaça proletária de radicalização, ou seja, caracterizada por uma situação de pré-crise². Trata-se de um deslocamento

² Pré-crise significa uma situação onde a luta de classes ainda não assumiu a radicalidade suficiente para marcar o surgimento de um novo período revolucionário, mas que apresenta como tendência mais forte uma radicalização neste sentido. Nestes momentos históricos, a burguesia e suas expressões ideológicas e políticas avançam e se organizam (basta vermos os exemplos da ascensão do neo-fascismo, neonazismo, etc., que representam a extrema-direita, juntamente com suas correntes mais “moderadas”, embora contendo certas

de determinados aspectos da luta de classes que até então eram específicas do capitalismo superdesenvolvido para o capitalismo subordinado e vice-versa, já que há um aumento da exploração, o que não ocorre sem contradições, tendo em vista o significado disto para os últimos³.

O neoliberalismo e a ideologia do fim do estado-nação são expressões ideológicas de uma realidade pouco compreendida. O neoliberalismo é uma ideologia que faz parte da ofensiva do capital e que não se concretiza totalmente na realidade, mas apenas

semelhanças, tal como o neoliberalismo) antes que a classe operária e suas expressões se organizem (podemos já vislumbrar um crescimento das forças de extrema-esquerda, representada hoje pelo anarquismo revolucionário, pelo marxismo autogestionário, etc., e também um processo político interior à classe operária que aponta para a sua autonomização e, por conseguinte, sua ruptura com as instituições burguesas e burocráticas). Claro que aqui se trata de uma pré-crise do capital, e não de outras formas de crise, que é um conceito universal (sobre isso veja: Viana, 2007). Obviamente que uma crise do atual regime de acumulação pode se tornar uma crise do capitalismo, desde que as lutas sociais assumam a radicalidade de questionar as relações de produção capitalistas.

³ Aqui ocorre, por exemplo, uma visão aparente do fenômeno do “fim da classe operária” ou sua “integração”, ou seja, ideologias européias e norte-americanas que são exportadas para o capitalismo subordinado e, nestes, novos agentes sociais de mudança, ilusoriamente, substituem o proletariado e daí se pode perceber a razão da nova influência em certos setores de militância política da Escola de Frankfurt, Antonio Negri, Foucault, etc. Porém, devido ao fato destas ideologias terem sido produzidas em países imperialistas, com relativa estabilidade política, com maior integração da classe operária e outros grupos oprimidos, etc., acabam ganhando maior radicalidade no capitalismo subordinado, pois os altos índices de pobreza, etc., além da própria característica geral do novo regime de acumulação que busca aumentar o processo de exploração, não permite uma mera reprodução de ideologias em contradição com a realidade, além das lutas ideológicas e culturais que as atingem.

parcialmente. A política neoliberal é expressão do predomínio dos interesses do capital oligopolista (transnacional e nacional) no estado capitalista e mantém uma unidade com outras estratégias ofensivas do capital, tal como o toyotismo, e facilita a sua ação destruidora. O fim do estado-nação, por sua vez, não passa de uma ficção. O capital precisa do estado-nação, por diversos motivos, entre os quais a sua necessidade de repressão dos movimentos de contestação, de produção de ideologia, de assegurar os interesses do capital nacional, entre outros (Viana, 2003). O que ocorre é, na verdade, um peso maior nas decisões a nível nacional e mundial por parte do capital transnacional de acordo com a lógica complementar da necessidade de aumento geral da exploração (aumento de extração de mais-valor, absoluto e relativo), inclusive a nível internacional, no qual os países de origem do capital transnacional buscam aumentar a exploração interna e externa, gerando o neo-imperialismo hegemônico pelos Estados Unidos. Assim, a modernidade atual, a contemporaneidade, é marcada pela instauração de um novo regime de acumulação, que marca uma renovação do processo de valorização com a busca de aumento da extração de mais-valor absoluto e relativo, pela nova forma estatal que é o estado neoliberal e por novas relações internacionais, caracterizada pelo neo-imperialismo (Viana, 2009).

Inúmeras outras ideologias políticas se espalham pelo mundo e como não é possível, neste espaço, tratar de todas, nos limitaremos a tratar de apenas mais uma, que é a tese do fim do socialismo. A derrocada dos países do Leste Europeu e da URSS fornece o fundamento para a tese do fim do socialismo. Em primeiro lugar, dificilmente se poderia sustentar, da perspectiva do proletariado, que estes

países eram socialistas. Podemos dizer que, tal como muitos críticos da sociedade soviética vêm colocando desde a década de 1920, o regime existente na Rússia (e, posteriormente, Leste Europeu, China, Cuba, etc.) é, na verdade, capitalista. Portanto, se algo chegou ao fim não foi o socialismo e sim o capitalismo de estado.

Em segundo lugar, as razões da crise do capitalismo estatal se encontram na sua incapacidade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico acelerado dos países capitalistas superdesenvolvidos e sua impossibilidade de conseguir incentivar os trabalhadores a aumentarem o seu rendimento no processo de trabalho e isto tudo provoca uma impossibilidade de aumentar a produtividade (extração de mais-valor relativo) no mesmo ritmo que os países capitalistas superdesenvolvidos. Daí a crise do capitalismo estatal e deste modelo burocrático e ditatorial de pseudo-socialismo.

Estas são algumas das principais características da modernidade em sua atual fase. Outros aspectos, tais como a revolução tecnológica, a expansão do processo de mercantilização e burocratização das relações sociais, o consumismo, as modas sucessivas, complementam este quadro. O aumento gigantesco da produção de bens de consumo e a expansão de empresas e instituições que mercantilizam serviços sociais são possibilitados tanto pela revolução tecnológica quanto pela necessidade do capitalismo de desviar os investimentos aplicados em meios de produção para meios de consumo, como forma de evitar um crescimento da composição orgânica do capital e de conseguir manter a reprodução ampliada do capital através da reprodução ampliada do mercado consumidor.

A produção de necessidades fabricadas é uma estratégia do capital para ampliar o mercado consumidor e

assim garantir sua reprodução ampliada. Entre estas necessidades fabricadas se encontra a obsolescência planejada das mercadorias (lâmpadas, eletrodomésticos, etc., que têm o seu tempo de vida útil diminuído), os produtos descartáveis, os produtos tecnológicos de consumo tanto pessoal quanto industrial, que são em pouco tempo superados por outros mais sofisticados (computadores, programas de computadores, aparelhagem eletrônica em geral) e as modas sucessivas (roupas, músicas, etc.). O que diferencia o regime de acumulação anterior – intensivo-extensivo – para o atual – integral – é que isto é intensificado, ampliado. A cultura mercantil se torna ainda mais mercantilizada, a sucessão das modas culturais se torna mais veloz, criando um mundo de cultura descartável, cada vez mais superficial, consumível, etc. E isto não apenas no que os elitistas chamam de “cultura de massas”, mas em todas as esferas culturais, incluindo aí a cultura acadêmica, científica, filosófica. As modas acadêmicas, mesmo sendo apenas submodas, já que o pensamento científico, filosófico, etc., não possui um repertório e nem os ideólogos e reprodutores de ideologias possuem criatividade o suficiente para realizar mudanças mais drásticas, mas apenas remendos, mudanças formais (a mais comum é mudar as palavras e manter quase que intacto o conteúdo), misturas ecléticas, etc.

Isto é a modernidade nos dias de hoje. Como se pode notar, continuamos submetidos ao reino da mercadoria. A modernidade é marcada por um período difícil e isto provoca a ofensiva do capital que, por sua vez, tende a radicalizar as lutas de classes. Assim, caminhamos para uma crise da modernidade, ou seja, para uma crise do modo de produção capitalista. Isto abre amplas perspectivas para a revolução e a instauração da autogestão social.

Podemos, agora, retornar à questão da pós-modernidade. As sociedades atuais são modernas e não pós-modernas. A própria ideologia pós-moderna é um produto da produção mercantil. Ela faz parte das ondas sucessivas de consumo cultural produzidas pelo capitalismo, ou seja, é mais uma moda cultural que sustenta o mercado editorial e artístico e, desta forma, enriquece ainda mais certas frações da classe capitalista, do que qualquer outra coisa. Desta forma se vê o quão moderno são os nossos “pós-modernos”!

A razão de ser desta ideologia, que na verdade somente em sua auto-imagem ilusória poderia ser chamada “pós-moderna” (Viana, 2009) – pois é moderna e uma conceituação mais adequada seria, na esfera artística, pós-vanguardismo, e, na esfera científica, “pós-estruturalismo” – não é apenas mercantil. Os meios oligopolistas de comunicação incentivam e reproduzem estas ideologias e seus subprodutos, mas além de cultura descartável e mercantil, as ideologias pós-estruturalistas e a arte “pós-vanguardista” também possuem um caráter político. Em muitos casos ela é abertamente uma apologia da sociedade capitalista⁴, da qual os pós-estruturalistas retiram o seu sustento e o seu conforto em troca de migalhas. Troca-se ideologias e seus subprodutos por dinheiro. Individualismo, hedonismo, consumismo, são algumas palavras que caem como uma luva no pós-moderno. Porém, além de ser uma expressão da cultura mercantil, as ideologias pós-estruturalistas são produtos das lutas de classes mais diretamente, consistindo numa contra-revolução cultural preventiva (Viana, 2009).

O pós-estruturalismo retoma, isolando e despolitizando, os temas das lutas operárias e estudantis do final da década de 60, quando houve uma

ascensão das lutas sociais e das concepções revolucionárias que se opuseram ao conservadorismo, reformismo e crítica resignada existente. Assim, a crítica do cotidiano de Debord, Lefebvre e outros se transformou em apologia ou descrição dele; a sua inserção no interior da sociedade capitalista e seu papel político é ocultado e esquecido, produzindo seu isolamento e despolitização (Viana, 2009). A crítica da razão instrumental realizada pela Escola de Frankfurt se transforma no irracionalismo e abandono da razão em geral; a contestação estudantil e operária de partidos, sindicatos, estruturas burocráticas se transforma em recusa da organização em geral; o questionamento das vanguardas e da representação se transforma em individualismo desmobilizador, em isolamento das lutas e da auto-representação de grupos isolados.

Mas, no final das contas, onde a ideologia pós-estruturalista rompe com a ideologia moderna? Podemos dizer que é no descaramento e cinismo aberto dos pós-estruturalistas em relação ao recato da maioria dos modernos. Mas isto é apenas uma questão superficial e que não retrata mais que aspectos formais, embora revele por detrás de si uma ofensiva ideológica da burguesia e não seja comum a todos os pós-estruturalistas, que podem ser divididos em tendências diferentes (Viana, 2009).

O rompimento com a modernidade por parte dos ideólogos pós-estruturalistas consiste em criar um modernismo que seria homogêneo e um substituto também homogêneo, no qual o primeiro seria a “idade das trevas” e o segundo uma “idade das luzes”, mas sem “iluminismo”. Alguns ideólogos sustentam que a grande ruptura com a modernidade ocorre na epistemologia. Aí surge a oposição entre holismo e individualismo metodológico, racionalismo e irracionalismo,

⁴ Veja, por exemplo: Baudrillard (1986).

iluminismo e romantismo. Isto, entretanto, não se sustenta diante de uma análise histórica, pois basta conhecer a obra de vários autores “modernos”, tal como Max Weber, Georg Simmel, F. Nietzsche, Wilfredo Pareto, entre outros, para se observar que a “metodologia pós-estruturalista” já existe há alguns séculos e é tão moderna quanto o positivismo naturalista clássico, com sua busca de neutralidade axiológica, que sob nova forma reaparece no pós-estruturalismo: o relativismo (Viana, 2000).

Na verdade, o pós-modernismo significa apenas uma outra ideologia moderna, isto é, burguesa. Ela resgata posições modernas, embora marginais, antigas, e inventa novas ideologias. O pós-estruturalismo possui uma diversidade de ideologias no seu interior, tal como os supermercados possuem suas prateleiras cheias do mesmo produto, mas com marcas diferentes. A marca é o diferencial que ocorre na competição no mercado capitalista de ideologias. Uma grande diversidade de teses e linguagens, para diversos nichos de consumidores. Existem os pós-estruturalistas críticos (Foucault, Deleuze, Guattari); os ecléticos (Antonio Negri, Lazzaratto) e os conservadores (Rorty, Baudrillard, Maffesolli).

O que há de comum em todos eles é o seu discurso (falso) de superação das idéias modernas (que, como já dissemos, se torna um todo homogêneo, o que serve para incluir o marxismo, seu principal alvo no final das contas) e, em alguns casos, da sociedade moderna. A idéia de sociedade pós-industrial, pós-moderna, de modo de produção pós-fordista (o que não quer dizer nada, pois resta saber o que veio depois do fordismo...) – identificado com pós-capitalismo, tal como no caso de Negri (Viana, 2009). A superação do estruturalismo, do marxismo, do

freudismo e do existencialismo⁵ é a chave para se compreender o processo da ideologia pós-estruturalista que parte para uma concepção que recusa as concepções fundadas na totalidade ou no racionalismo.

O ecletismo assume papel importante e tudo passa a ser válido, tal como na luta intercapitalista e nos ringues de luta livre: vale tudo. Em uma de suas tendências, o ecletismo se torna o elemento principal. Assim, o que unifica todas as diversas tendências pós-estruturalistas é sua negação do “modernismo”, ou seja, do marxismo (fundamentalmente), do estruturalismo e do existencialismo, ou seja, das concepções que tinham força no regime de acumulação anterior, e todas as outras. Esta negação, no entanto, é relativa, pois qualquer um pode recuperar qualquer coisa destas concepções, *o que não se pode é aceitá-las na totalidade*. E embora existam os que fazem isto, eles não são pós-estruturalistas e nem são bem vistos por estes.

Logo, modernidade e pós-modernidade são construtos da ideologia pós-estruturalista ou de outras ideologias e por isso não são vistas como o que realmente são: expressões da sociedade burguesa. Na perspectiva marxista, a modernidade é o capitalismo e a pós-modernidade não existe. O modernismo, em ciências humanas, é algo inexistente, e o pós-modernismo também. Restam ideologias que surgem na modernidade atual, ou “modernidade recente” (Young, 2002), que se automeiam como querem e iludem os desavisados. Estas ideologias, entre elas o pós-estruturalismo (pois não se pode esquecer que apesar do discurso pós-estruturalista, o marxismo, o positivismo naturalista,

⁵ Estas concepções são “superadas” parcialmente, pois o pós-estruturalismo recupera aspectos das tendências anteriores, embora o marxismo e o freudismo só sejam recuperados (e deformados) pelas tendências críticas ou ecléticas do pós-estruturalismo.

entre outras concepções que eles rotulam de “modernas” continuam a existir e renovar).

E o marxismo? Ora, não é difícil perceber que o marxismo é uma crítica da sociedade burguesa e, por conseguinte, da modernidade. Ele é uma crítica do capitalismo e de suas ideologias, sejam elas iluministas, românticas, racionalistas, irracionais, individualistas, holistas, etc.

Disto se conclui que, se existe hoje uma concepção pós-moderna, esta só pode ser o marxismo. Neste sentido, o marxismo é uma crítica da modernidade e por isso ele pode reconhecer suas contradições e apontar para um mundo realmente pós-moderno, que é a sociedade autogerida.

A real oposição não se encontra entre modernidade e pós-modernidade (no sentido corrente destes termos) e sim entre classe capitalista e classe operária, que no plano das idéias se manifesta como oposição entre ideologias burguesas (modernas e “pós-modernas”) e o marxismo, entre diversas outras formas de manifestação da cultura burguesa e da cultura proletária.

A teoria marxista pode reconhecer a tendência histórica da superação do capitalismo e observar a aproximação de uma crise da modernidade. A modernidade, ou seja, a sociedade burguesa, encontra-se num período de pré-crise, o que significa que há uma forte tendência ao desencadeamento de uma nova grande crise do capital, e alguns sintomas começam a se manifestar.

Usar o termo “crise do capital” hoje seria banalizar o conceito e lhe retirar o significado. Preferimos caracterizar o atual período de pré-crise da modernidade (capitalismo), o que significa que *se caminha para uma crise* e esta se caracteriza não só pelas dificuldades de reprodução do capital mas, principalmente, que ela se tornará

cada vez maior⁶ e isto expressa a possibilidade de revolução através da ação revolucionária do proletariado em conjunto com as demais forças revolucionárias existentes no interior desta sociedade no sentido de instaurar a autogestão social.

⁶ A reprodução do capitalismo enquanto modo de produção tende a ficar cada vez mais difícil com o seu desenvolvimento histórico, pois a cada regime de acumulação suas estratégias de adaptação vão se esgotando. Podemos dizer que o regime de acumulação integral é o último suspiro do capitalismo e que, uma vez entrando em crise, somente uma derrota do proletariado através da retomada do fascismo e da guerra poderá impedir a transformação social, ou então a implantação de um capitalismo estatal mundial, hipótese remota – principalmente depois da crise do capitalismo estatal e do enfraquecimento das ideologias e forças políticas que são sua expressão – ou de um modo de produção burocrático, o que significaria, neste último caso, a derrota do proletariado e sua abolição, instituindo uma nova forma de exploração e novas classes exploradoras e exploradas.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. *América*. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

MARX, K. *O Capital*. 3ª edição, Vol. 1, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. In: LASKI, H. J. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1978

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania: A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *O Fim do Marxismo e outros ensaios*. São Paulo, Giz, 2007.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente: Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade Recente*. Rio de Janeiro, Revan, 2002.

OS COMUNISTAS CONSELHISTAS E O ANARQUISMO: A CRÍTICA AO ANARCO-SINDICALISMO NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Lucas Maia

maiaslucas@yahoo.com.br

Este texto objetiva discutir a maneira segundo a qual os comunistas conselhistas⁷ consideraram o anarco-sindicalismo. Os autores conselhistas que debateram mais diretamente esta questão foram Helmut Wagner e Paul Mattick. Concentraremos nossas análises nas contribuições destes autores. Faremos primeiramente uma síntese histórica da origem do anarquismo, destacando suas tendências. Em seguida, analisaremos o processo de consolidação da perspectiva anarco-sindicalista e por último, abordaremos a maneira segundo a qual os conselhistas analisaram a perspectiva anarco-sindicalista no contexto da Guerra Civil Espanhola.

Origem e tendências do anarquismo

Do ponto de vista do relacionamento entre os comunistas conselhistas e anarquistas não há muitas referências, pois a influência dos anarquistas na Europa Ocidental era bastante diminuta, exceto na Espanha, quando da emergência do comunismo de conselhos, ficando a polêmica entre eles, deste modo, bastante restrita.

É um certo consenso entre os historiadores do anarquismo, dentre eles (Rodrigues, 1988), (Woodcock, 1981), (Costa, 1982) etc., que suas idéias força remontem a tempos imemoriais, desde a sociedade escravista antiga, na crise do feudalismo, durante as revoluções liberais dos séculos 17 e 18 etc. Esta tese é problemática, pois o anarquismo é um todo

que surge num determinado momento histórico, com determinadas características e base social que não se encontram no pré-capitalismo. O que se tem, verdadeiramente são idéias isoladas, que são descontextualizadas e destacadas pelos historiadores do anarquismo. Deste modo, a idéia segundo a qual as idéias anarquistas são pré-capitalistas, ao passo que “como método ativista, buscando mudar a sociedade por métodos coletivos, o anarquismo pertence unicamente aos séculos 19 e 20 (Woodcock, 1981, p. 14)” é bastante falha, visto que não compreende a historicidade do desenvolvimento próprio do anarquismo.

O primeiro a utilizar a expressão *anarquia* numa perspectiva positiva foi Pierre-Joseph Proudhon. Até o século 19, o termo anarquia era utilizado pejorativamente para designar caos, desordem ou para agredir a oposição; “os franceses tiveram a honra de usar a palavra pejorativamente pela primeira vez. Durante a revolução francesa, os girondinos usaram-na para injuriar os adversários de esquerda” (Costa, 1982, p. 12). A partir de Proudhon, o termo adquire outro significado, passando a significar aquele que combate ou nega a autoridade, os governos, o estado e portanto defende a liberdade do indivíduo e da sociedade.

Durante o processo de afirmação do anarquismo como um movimento social, o aparecimento e influência do russo Mickhail Bakunin é de fundamental importância. Bastante influenciado pelas idéias de Proudhon, Bakunin vai levar às últimas conseqüências as idéias de anarquia como negação da autoridade e do estado. Exerceu certa influência no seio da

⁷ Para mais informações sobre a origem e características do Comunismo de Conselhos Cf. (Authier, 1975); (Guillerm & Bourdet, 1976).

Associação Internacional dos Trabalhadores (ou 1º Internacional, como ficou conhecida), fundada em 1864. Dentro desta organização, travou-se um debate que se presta a inúmeras confusões dentro do debate e história do movimento operário internacional; trata-se da polêmica entre Marx e Bakunin ou como entrou para os anais da história do movimento comunista: os socialistas autoritários, discípulos de Marx e os socialistas libertários, discípulos de Bakunin. Os primeiros, amantes da autoridade e do estado, os segundos, a negação racional e direta da autoridade, do estado e dos governos.

Não vou me estender nesta querela, que em nada explica o desenvolvimento subsequente do movimento comunista internacional. Pois os anarquistas que criticam os marxistas, na verdade têm em mente os bolcheviques, e os “marxistas” que criticam os anarquistas são na realidade bolcheviques, portanto, não são marxistas. Deste modo, permanecer nesta velha disputa é não avançarmos no sentido de explicar os prosseguimentos do marxismo autêntico e do anarquismo.

Em todo caso, grande parte das críticas que Bakunin dirige a Marx servem mais aos “marxistas” do que propriamente a Marx. Se Bakunin estava equivocado a atribuir a Marx um conjunto de idéias que este jamais teve, estava plenamente e até mesmo profeticamente (pois antecipou vários fatos) correto, na medida em que suas análises explicam e criticam a social democracia e o leninismo. Se há discordâncias entre Marx e Bakunin, também há várias semelhanças entre as duas maneiras de pensar. Isto pode ser evidenciado no desenvolvimento da concepção de estado que ambos possuem. Se Marx defende a idéia que no primeiro estágio da revolução proletária, o estado deveria centralizar boa parte das questões no que se refere à circulação e distribuição, como de algumas coisas públicas, educação por exemplo; após a Comuna de Paris, defende a imediata supressão do estado

durante o processo revolucionário. Bakunin defendia isto desde o início de sua prática política⁸. Devemos portanto superar os dogmatismos que norteiam as leituras sobre esta questão.

O anarquismo em seu prosseguimento adquire várias formas, umas mais radicais, outras menos. As idéias de Proudhon, mas principalmente seu aprofundamento por Bakunin, vão produzir uma das tendências mais conseqüentes do ponto de vista revolucionário do anarquismo, o anarco-coletivismo. Também Tolstoi produzirá uma obra que será identificada como anarquismo cristão; Kropotkin, o anarquismo mutualista; no final do século 19, há o surgimento do anarco-sindicalismo e este exercerá grande influência na revolução espanhola⁹.

É justamente com esta tendência anarco-sindicalista que os comunistas conselhistas vão polemizar. Durante o processo da guerra civil espanhola (1936 – 1939), a perspectiva conselhistas já estava plenamente estabelecida. Seus fundamentos já estavam bem delineados. Já havia toda uma experiência histórica de prática revolucionária do proletariado que permitiu aos conselhistas estabelecerem de maneira clara qual eram os novos rumos e as novas formas que o movimento operário havia criado e trilhado. Deste modo, sua observação do processo revolucionário em curso na Espanha causaram-lhes certas preocupações e estas foram manifestas em alguns artigos publicados por Helmut Wagner e Paul Mattick. São artigos publicados em 1936 e 1937, ou seja, durante o desenrolar da revolução na Espanha.

Burocracia sindical e anarco-sindicalismo

Antes de mais nada, vale esclarecer que o anarco-sindicalismo surge e

⁸ Para uma leitura mais aprofundada sobre este aspecto Cf. (Guillerm & Bourdet, 1976).

⁹ Não é nosso intuito apresentar uma leitura histórica aprofundada do anarquismo e de suas tendências. Para tanto, Cf. (Walter, s/d), (Costa, 1982), (Woodcock, 1981) etc.

se desenvolve a partir da ação de um conjunto de anarquistas dentro das organizações sindicais. Os sindicatos já eram organizações voltadas à gestão capitalista do movimento operário, ou seja, tinham a função de negociação do valor da força de trabalho e das condições de trabalho dos trabalhadores.

A perspectiva anarquista ao confrontar-se com as organizações sindicais irá buscar imprimir novas formas e práticas a estas organizações. Não está em discussão a honestidade ou convicção revolucionária destes anarquistas, mas sim a natureza da organização sindical, que é essencialmente burocrática, seja uma burocracia anarquista, social democrata ou bolchevique. Deste modo a afirmação segundo a qual “este tipo de sindicalismo não tem grande coisa em comum com os sindicatos tradicionais existentes” (Berthier, 2002, p. 67) é desprovida de sentido na medida em que a prática sindical é burocrática.

Com relação ao caráter burocrático e corrupto dos sindicatos existentes na sociedade capitalista, um grande ideólogo do anarco-sindicalismo assim se expressa:

É certo que aos olhos dos revolucionários os sindicatos estão desacreditados. Os sindicatos, ou melhor, o pessoal sindical refletete a apatia das massas, essas famosas massas que os marxistas, por necessidade de causa, ornamentam com todas as virtudes! Mas todos sabem que um movimento revolucionário resultará numa mudança do pessoal sindical, ou pelo menos das suas perspectivas” (Joyeux, 1975, p. 27).

O que faz o autor senão uma bela distinção entre os indivíduos (o pessoal sindical) que estão dentro de uma dada organização (o sindicato) que funciona sob determinadas circunstâncias (a sociedade capitalista) com a própria organização? Como imaginar uma organização sindical que não queira agir como sindicato? É simples, muda-se a direção do sindicato por

uma direção mais revolucionária afirma Joyeux. Em todo caso, se não se mudar a direção, deve-se ao menos mudar a perspectiva desta direção. Não terá o sindicalista a função de dirigir, mesmo que seja de uma forma “libertária”, anarquista, os operários?

Com relação ao conselhos operários, Joyeux para defender sua ideologia sindical afirma peremptoriamente:

Deve evitar-se dar a qualquer forma de organização dum empresa, directamente gerida pelo seu pessoal, uma forma definitiva. É preciso abandonar a idéia de que num ímpeto soberbo todos os homens se lançarão na organização da sua empresa. Os conselhos manterão um instante o clima febril mas será o realismo organizativo e prático dos sindicatos que impedirá a revolução socialista de se afogar num aparelho estatal (Joyeux, 1975, p. 30).

Não faz aqui o nobre sindicalista uma séria oposição entre conselho e sindicato? Os conselhos são a “alegria”, o espírito voluntarista e instintivo da classe operária. Os sindicatos são o realismo da gestão. Os conselhos são o período febril da revolução, os sindicatos são o prosseguimento do processo revolucionário e os órgãos de gestão da futura sociedade. Mas é reveladora a afirmação segundo a qual se deve evitar dar a “qualquer forma de organização dum empresa, directamente gerida pelo seu pessoal, uma forma definitiva”, pois é ilusório acreditar que o conjunto daquela unidade de produção vai abraçar a direção e gestão da empresa. Ou seja, no final das contas, o que ele quer dizer é que se os operários não conseguem se auto-organizar para gerir seu local de trabalho em seus conselhos e diante desta fragilidade “natural” dos operários, os sindicatos são os organismos que farão tal organização e gestão. E não adianta dizer que são sindicatos revolucionários ou anarquistas. *Qualquer semelhança com a idéia bolchevique de vanguarda não é mera coincidência.*

Entretanto, Berthier (2002) é mais cauteloso e conseqüente que Joyeux, embora ainda impregnado pela ideologia anarco-sindicalista. Não vê oposição a priori entre os sindicatos e os conselhos, mas baseado na experiência anarco-sindicalista desenvolvida na Espanha só consegue chegar a conclusões anarco-sindicalistas da revolução e gestão futura da sociedade.

Em síntese, o anarquismo ao colar-se à organização sindical, dá origem ao anarco-sindicalismo. Esta tendência teve grande influência nos acontecimentos da Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939. É sobre esta questão que nos dedicaremos agora.

A crítica conselhistas ao anarco-sindicalismo no contexto da Guerra Civil Espanhola

Vejamos como os conselhistas analisaram a tendência anarco-sindicalista. Esta perspectiva é duramente criticada por Helmut Wagner em artigo escrito em julho de 1937 intitulado “*O Anarquismo e a Revolução Espanhola*”¹⁰. O intuito do texto é analisar as práticas que os anarquistas da FAI (Federação Anarquista Ibérica) e da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) desenvolveram e como a prática anarco-sindicalista é nefasta ao movimento operário. Após citar alguns trechos de uma brochura publicada pela CNT-FAI sobre as formas organizativas que a Espanha estava implantando em seu processo revolucionário, diz:

Não é necessário estourar a cabeça para se dar conta que essas proposições colocam todas as funções econômicas nas mãos do Conselho Econômico Geral. Como vimos, o Conselho Econômico Geral Antifascista é constituído por oito representantes dos sindicatos, quatro técnicos nomeados

pelo Conselho Econômico Geral e quatro representantes dos Conselhos de Fábrica. O Conselho Econômico Geral Antifascista foi constituído no princípio da revolução, e compõe-se de representantes dos sindicatos e da pequena burguesia (...). Apenas os quatro delegados do Conselho de Fábrica poderiam ser considerados como representantes diretos dos operários.¹¹

Além deste aspecto, Wagner demonstra como na revolução espanhola não se conseguiu nem se apontavam caminhos para superar elementos centrais que estruturam a sociedade capitalista: o dinheiro e o mercado. Ou seja, os organismos econômicos que foram sendo produzidos durante o processo tendiam a reproduzir relações características do capitalismo de estado já em pleno funcionamento na União Soviética. O que Wagner demonstra é que o mecanismo de produção e reprodução material da vida deve ser radicalmente alterado durante e depois do processo revolucionário. A permanência do dinheiro, do assalariamento, do mercado coroados com uma organização burocrática ao nível global da produção, tendia a reproduzir o capitalismo.

Se o mercado é o método adequado ao capitalismo para circular os produtos, o método comunista ou autogestionário deve ser outro, o dinheiro não pode ser o equivalente geral, que permita a circulação, mas sim as necessidades reais da população como um todo. Wagner propõe então que seriam os conselhos de produtores que garantiriam a produção necessária para as satisfações das necessidades reais da sociedade. Deste modo, era necessário articular os conselhos de consumidores, aos conselhos de produtores para se abolir o dinheiro, o mercado e o estado. Conclui assim este raciocínio: “Apenas a organização da produção e da distribuição pelos conselhos de produtores e consumidores, e o estabelecimento de uma contabilidade

¹⁰ WAGNER, Helmut. *O anarquismo e a revolução espanhola*. Disponível em: http://www.geocities.com/jneves_2000/anarq_rev_es_panhola.htm, acesso em 13/11/2007.

¹¹ idem.

centralizada permitirão abolir o mercado livre”¹².

A grande tese que busca defender é que a prática anarco-sindicalista conduz à apropriação pelos sindicatos da organização e gestão da produção ao nível global e tal prática foi não só defendida, mas também incentivada pela CNT. Afirma: “Todo o entusiasmo manifestado pela CNT a favor do direito da autogestão nas fábricas, não impede que sejam de fato os comitês sindicais que assumem a função do patronato e quem, por consequência, deve assumir a função de exploradores do trabalho”¹³.

Também Paul Mattick conflui nas mesmas críticas ao anarco-sindicalismo que se produziu na Espanha durante os anos da guerra civil, em artigo intitulado “*As Barricadas Devem ser Removidas*”: *Fascismo Stalinista na Espanha*¹⁴. Em primeiro lugar, coloca a FAI-CNT no campo das burocracias dirigentes. Afirma:

Uma frente única com socialistas e com "comunistas" de partido é uma frente única com o capitalismo. É inútil denunciar Moscou e também não faz sentido criticar os socialistas: ambos têm que ser enfrentados até o fim. *Mas, agora, os trabalhadores revolucionários têm de reconhecer que as lideranças anarquistas, que os burocratas da CNT e da FAI também estão no campo inimigo*¹⁵. (grifos nossos)

Dada a característica essencialmente burocrática destas organizações, cuja correia de transmissão é o sindicato e pelas características já apontadas por Wagner com relação à questão do mercado, dinheiro e organização burocrática ao nível global da produção e

circulação, também Mattick destaca que o caminho que a Espanha está trilhando em seu processo revolucionário a está conduzindo a um capitalismo de estado.

E conclui assim sua análise:

A CNT nunca pôs a questão da revolução do ponto de vista dos operários, preocupava-se apenas com a organização. Agia em nome e com o apoio dos operários, mas nunca se interessou pela iniciativa autônoma e a ação direta destes, fora do controle da organização. O importante não era a revolução, mas a CNT¹⁶.

Ou seja, tal como os bolcheviques, a CNT identificou os interesses dos operários com os da organização. Não é curioso que uma tal idéia também esteja presente na ideologia anarco-sindicalista tal como a exposta por (Joyeux, 1975). Deste modo, o que vemos na relação entre a perspectiva conselhistas e a anarco-sindicalista é que uma aponta para a transformação autogestionária da sociedade, à medida que aponta para a generalização dos conselhos operários; a outra aponta para o estabelecimento de um capitalismo de estado, pois reproduz a relação burocrática inerente ao sindicalismo.

Deste modo, a relação entre marxismo em sua tendência conselhistas e o anarco-sindicalismo é bem definida, ou seja, o anarco-sindicalismo é burocrático e o conselhismo é autogestionário, portanto são antagônicos, tal como conselhismo e bolchevismo. Entretanto, existem outras tendências anarquistas que apontam para questões muito semelhantes à perspectiva conselhistas, tal como o anarco-coletivismo, e tendo a consciência destas questões, é necessário purgar os dogmatismos e buscar contribuir de maneira articulada para ascensão da classe trabalhadora e também a crítica de toda e qualquer forma de burocracia e sistema opressivo.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ MATTICK, Paul. “As barricadas devem ser removidas”: fascismo stalinista na Espanha. Disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiabvr/>, acesso em 25/11/2007.

¹⁵ idem.

¹⁶ idem.

ERICH MUHSAM E A REPÚBLICA DOS CONSELHOS OPERÁRIOS

Roland Lewin

Primeiramente, Muhsam foi um agricultor dotado de um sentido pronunciado para a provocação, associado a uma considerável dose de humor. Freqüentador dos cafés libertários, aí eram apreciados os seus poemas cáusticos. Escritor e jornalista de combate, várias vezes em conflito com as autoridades por causa da sua liberdade de palavra, a sua preferência recaía sobre os acontecimentos da vida cotidiana. A sua existência “de fora” como então se dizia, em França, levaram-no segundo testemunhos da época a interessar-se em primeiro lugar pelos “marginais”: desempregados, perseguidos pela justiça. Um dos seus ensaios é consagrado à homossexualidade. Mas este literato é também um homem de ação confiante nas virtudes do “detonador”. Condenado a 15 anos de prisão pela sua participação na República dos conselhos de Munique, libertado 5 anos depois, foi uma das primeiras vítimas do regime hitleriano ao qual se tinha oposto desde o início com energia e lucidez.

Erich Muhsam nasceu em 6 de abril de 1878, em Berlim, de uma família judia. O seu pai era farmacêutico. Desde os seus estudos secundários em Lubeck, que manifestava o seu espírito de revolta e o seu sentido crítico publicando num jornal social-democrata da cidade vários artigos anônimos sobre a vida no internato. Foi expulso do colégio por atividades “socialistas”. Após ter concluído o seu “bacharelado” foi algum tempo aprendiz e depois auxiliar de farmacêutico.

Depressa travou conhecimento com Gustav Landauer e associou-se com ele nas atividades da “Nova Comunidade”, um grupo literário

liberal que exerceu daí em diante grande influência sobre a vida intelectual alemã. Fez algumas viagens à Suíça, Áustria, Itália e França. Em 1909 instalou-se em Munique onde ganhou a sua vida colaborando em diversos jornais, nomeadamente no *Jugend* e no *Simplicissimus*. No mês de Abril de 1911 funda a revista mensal *Kein* que mantém até a guerra e onde publica uma nova série de novembro de 1918 a abril de 1919.

Em janeiro de 1918, no momento da greve desencadeada em toda a Alemanha pelos operários das fábricas de munições em manifestação contra a guerra, Muhsam discursa em Munique para os trabalhadores das empresas *Krupp*. Para além disso, recusou-se a inscrever-se no serviço auxiliar patriótico que acabava de ser instaurado. A polícia deteve-o e colocou-o em regime de residência vigiada. Libertado no dia 05 de novembro, fez nos dias seguintes discursos pacifistas nas casernas de Munique.

Depois da proclamação da República da Baviera e da constituição do conselho dos operários, dos soldados e dos camponeses foi um dos partidários mais ativos do “poder dos conselhos” e combateu afincadamente o regresso ao antigo parlamentarismo. Em 07 de dezembro, 400 homens conduzidos por Muhsam, Rudolf Hegelhofer, um dos principais responsáveis pela sublevação de Kiel ocupam as sedes da imprensa em Munique. Eisner intervém pessoalmente em plena noite, para fazer cessar a ocupação. A operação prosseguiu então no ministério do interior, onde exigiam a sua demissão ao ministro social-democrata Auer. Mas são dispersados

pelas tropas governamentais. Em 10 de janeiro de 1919 receando perturbações por ocasião das eleições legislativas, Eisner manda deter Muhsam e outros onze militantes do conselho operário revolucionário e do KPD¹, porém uma manifestação obriga-o a libertá-los.

Um dentre eles, o comunista Max Levien, que aderira também ao conselho operário revolucionário animado por Muhsam é de novo detido em princípios de fevereiro por um discurso pronunciado no conselho central em que apelou para a luta decisiva contra a burguesia. É citado contra ele um antigo artigo do código penal sobre a “excitação”. Três delegados do conselho operário revolucionário (RAR), entre os quais Landauer e Muhsam, dirigem-se ao ministério da justiça para obter a sua libertação ameaçando com uma manifestação de massas. É libertado no mesmo dia 09 de fevereiro e participa imediatamente numa reunião do RAR destinada a organizar a manifestação. Sob proposta de Landauer, o RAR dirige-se, com a bandeira vermelha à frente, para o teatro onde o conselho geral delibera, sobre as decisões a fazer abrogar o artigo sobre a “excitação”. A reunião será agitada e no momento em que o RAR e os comunistas reclamam para que se junte às palavras de ordem da manifestação, a demissão de certos ministros e a não convocação da Assembléia Nacional, os socialistas majoritários deixaram a sala. São imediatamente substituídos pelos “homens de confiança”² das empresas de

¹ KPD – Partido Comunista Alemão, dissidência do USPD – Partido Social Democrata Independente da Alemanha, que por sua vez é dissidência do SPD – Partido Social-Democrata da Alemanha. (Nota dos editores).

² Operários designados pelos sindicatos para serem a correia de informação entre o que se passava nas fábricas e o sindicato. Com o processo de ascensão das lutas operárias, durante a revolução alemã, de 1918 a 1921, estes “homens de confiança” foram catalisadores na formação de vários conselhos dentro das fábricas

Munique e ficou decidida a importante manifestação de 16 de fevereiro.

No início de abril, os conselhos operários de Augsburg desencadeiam uma greve política com as seguintes palavras de ordem: ditadura ilimitada do proletariado, criação de uma república dos conselhos, aliança com a Rússia e com a Hungria soviética, ruptura das relações com o governo central de Berlim, formação de um exército revolucionário. Muhsam é dos instigadores da greve.

Várias cidades da Baviera seguem o movimento. Em Munique, Muhsam é dos que intervém com mais determinação para incitar à proclamação da república dos conselhos da Baviera, na noite de 6 para 7 de abril. Segundo as memórias do social-democrata Niekisch, que então presidia o conselho central (pediria a demissão nesta sessão e foi substituído por Ernest Toller), Muhsam propõe-se como delegado do povo para os negócios exteriores. Não é aceito por Landauer, o que não o impede de apoiar calorosamente este último para a delegação da educação.

Em 13 de abril ao longo do Putsch social-democrata Muhsam é preso juntamente com alguns delegados do povo e é conduzido à prisão de Ebrach, próximo de Bamberg. Esta detenção evita certamente que tivesse sido abatido no 1 de maio. O processo de Muhsam e dos seus doze camaradas teve lugar em julho em Munique. Defende-se de modo corajoso e sarcástico. O tribunal militar condena-o a 15 anos de prisão. É detido em Ansbach e depois em Niederschonenfeld. Durante o período da sua prisão, escreve uma “*Homenagem a Landauer*”, poemas, e seu drama “*Judas*” que figuraria no repertório de *Piscator*.

Muhsam, que chegou a se dizer bolchevique, acreditava que a revolução de outubro reconciliaria o

e em não raras vezes contra os sindicatos. (Nota dos editores)

marxismo e o anarquismo. Em 1920, escreveu: “As Teses práticas e teóricas de Lênin sobre a realização da revolução e as tarefas comunistas do proletariado deram à nossa luta uma nova base... não existirão obstáculos intransponíveis para a unificação do proletariado revolucionário”. O esmagamento de Kronstadt e da Makhnovtchina destroem as suas esperanças. Mas até o fim de sua vida esforçou-se por unir a ação dos anarquistas e dos marxistas revolucionários contra a burguesia e o nazismo.

Foi libertado em 02 de dezembro de 1924, por ocasião de uma medida de anistia destinada a pôr em liberdade um certo Adolf Hitler. No dia seguinte, milhares de operários esperaram-no na estação. Durante 06 meses percorreu a Alemanha e falou a favor dos prisioneiros políticos. Ocupou-se a seguir de casos individuais, em particular do caso do militante comunista Max Holz condenado à prisão perpétua. Participou também na campanha a favor de Sacco e Vanzetti. Em outubro de 1926 funda a revista mensal *Fanal* que dura até 1931. Cria igualmente a sua própria casa editorial e publica várias obras: as suas recordações sobre a *República dos Conselhos*, uma nota aos seus encontros literários, um ensaio sobre o anarquismo comunista.

Até o aparecimento do III Reich participa em numerosos motins contra o nazismo. Em 28 de fevereiro de 1933, algumas horas antes do incêndio de Reichstag, foi de novo detido quando se preparava para abandonar a Alemanha. Passa por várias prisões hitlerianas antes de chegar ao campo de concentração de Oranienburg. É enforcado pela SS na noite de 9 para 10 de julho de 1934. Os nazis dizem que se suicidou, mas vários testemunhos provam que foi friamente assassinado.

No dia de seu funeral, 16 de julho, a sua mulher refugia-se na Tchecoslováquia. Alguns meses mais tarde, é convidada para ir à Rússia para onde leva todos os manuscritos de Muhsam, pois lhe prometem uma edição das suas obras completas. Os documentos foram recheiar os arquivos soviéticos e a censura somente autorizou o aparecimento de alguns poemas e recordações literárias. Quando das purgas stalinistas, em 1936, Zensl Muhsam foi detida e condenada a oito anos de trabalhos forçados e foi deportada. Seria libertada 15 anos mais tarde, doente e começando a perder a razão, e enviada para a Alemanha do Leste. Morreu em Berlim-Leste em 10 de março de 1963.

A maior parte das informações citadas foram extraídas da biografia de Erich Muhsam, feita por Roland Lewin.